

Revolução



1977
**O Positivo ou o
Negativo de 1976?**

**Grandes lutas
em 1976**

Texteis

1976
**Ano de Definição
de Campos Políticos**

Construção Civil

PARTIDO REVOLUCIONÁRIO DO PROLETARIADO

dos leitores

Porta-Voz do PARTIDO REVOLUCIONÁRIO DO PROLETARIADO



Revolução

O PÁROCO ENGANOU-SE NO REBANHO

Recebemos da organização local do PRP de Vouzela (distrito de Viseu) a carta que transcrevemos:

Com a campanha eleitoral das eleições para as autarquias locais o fascismo levantou mais a cabeça. Assim recorde-se as provocações à FEPU; o PPD que envia cartas a menores e a analfabetos; a caravana do CDS que não pára em Vouzela ao contrário do que estava previsto; não faltando como já é habitual a campanha anticomunista dos senhores padres. Só que em Forno do Monte, aldeia a 16 km de Vouzela, o pároco enganou-se no rebanho.

Deslocá-mos até lá para saber toda a história.

Foi-nos dito que o vosso pároco transformou a igreja em lugar de comícios do PPD. Pode-nos dizer alguma coisa?

Agricultor — «Esse padre de nome António Guimarães pode chamar-se um criminoso, uma vez que segundo o princípio cristão roubar é crime e ele roubou.

Em primeiro lugar errou na carreira porque foi forçado pela família, e nas povoações onde esteve têm havido protestos contra ele devido aos seus interesses económicos de ladrão, como é o caso da tentativa de construção de uma casa num baldio pertencente ao povo.

Aquando do serviço de racionamento fez comércio com o milho que o povo lhe deu para pagar a cingura, vendendo-o a preço altíssimo. Recebeu o nome de «condongueiro» pelo povo.»

Na campanha eleitoral o clero entra em acção através dos seus discípulos, como é o caso deste pároco que em plena missa a transforma em Sermão anticomunista, dizendo aos seus paroquianos que se o seu voto não fosse PPD eram comunistas.

Na Póvoa dos Cabeçais continuou o «Santo Sermão», só que o povo, e uma mulher que já vinha de Forno do Monte para assistir ao dito sermão, insurgiu-se contra o pároco que ouviu das que não quis e saiu inteiro da capela por milagre.

Mas isto não lhe serviu de emenda porque no dia 9 ele declarou publicamente que alguém lhe tinha batido, alguém de que não revelamos o nome.

Este caso não aparece isolado pelo que se está a tornar habitual uma reacção do povo contra o clero reacçãoário.

Pela unidade cidade-campo
Contra o fascismo — unir e organizar!

UNIVERSIDADE PROLETÁRIA ERNESTO E LUÍS LIVRARIA-BIBLIOTECA

Encontra-se aberta na UPEL uma LIVRARIA-BIBLIOTECA, cujo horário normal de funcionamento é das 13 às 21 horas, e na qual podes adquirir livros com um desconto progressional ao preço de capa e que vai até aos 20 por cento.

VAI LÁ ● LÊ OU COMPRA LIVROS ● DÁ SUGESTÕES

Para aumentarmos a variedade e sobretudo a qualidade das publicações que apresentamos precisamos do teu apoio.

A UPEL fica na Av. 5 de Outubro, 68, Lisboa

Revolução

Assinatura

Queiram considerar-me assinante na modalidade abaixo assinalada:

NOME
MORADA
LOCALIDADE
PROFISSÃO

PAÍS Semestral 110\$00 Anual 220\$00 Pagamento
ESTRANGEIRO Semestral 400\$00 Anual 800\$00 Em cheque Em vale

Lê assina divulga Revolução

PARTIDO REVOLUCIONÁRIO DO PROLETARIADO SEDES

SEDE CENTRAL — Rua Castilho n.º 70, Lisboa Tel. 573520/573640/573717/573670

JORNAL «REVOLUÇÃO» — Rua Castilho n.º 70, Lisboa

Tel. 573520/573640/573717/573670

DELEGAÇÃO DO NORTE

Rua Álvares Cabral, 110, PORTO

LIVRARIAS REVOLUÇÃO

CABO RUIVO

Rua do Vale Formoso de Lima, 127-A. Horário — das 12 às 14 h e das 16.30 às 24 horas.

ODIVELAS

Rua D. Nuno Álvares Pereira, 3-D. Horário — das 12 às 20 horas

5ª Iria da Azoia

Rua S. Francisco Xavier, n.º 10-A

ORG. REGIONAL DO NORTE

PORTO — Rua Álvares Cabral, 110 Tel. 315759/315786

VIANA DO CASTELO — Rua de Altamira, 102 Tel. 24320

MATOSINHOS — Rua Cond e de S. Salvador, 374 Tel. 931925

BARCELOS — Av. Liberdade 68/c Tel. 93999

ORG. REGIONAL DO CENTRO

COIMBRA — Rua Ferreira Borges, Tel. 22961

CASTELO BRANCO — Rua de Santa Maria, 10 Tel. 179

MARINHA GRANDE — Rua Marquês de Pombal, n.º 65

S. JOÃO DA MADEIRA — Rua Jaime Afreixo n.º 142

ARGEIA — Tel. 92169

ORG. REGIONAL DE LISBOA LISBOA — Av. da República, 40 ALGÉS — Rua Vitor Duarte Pedroso, n.º 15 - Algas de Cima Tel. 2100337

SACAVÉM — Largo 5 de Outubro N.º 16-17 Tel. 2512807

PAREDE — Rua Gomes Freire de ANDRADE, 1 Tel. 2474142

AMADORA — Rua Gonçalves Ramos, n.º 40 Tel. 939525

ORG. REGIONAL DA MARGEM SUL

SETÚBAL — Praça do Bocage, 3 Tel. 28949

COVA DA PIEDADE — Estrada Nacional, n.º 10 2763397/2763122

BARREIRO — Rua dr. Eusébio Leão, 31 Tel. 2576745

QUINTA DA LOMBA — Rua de Goa, 21-A

LAVRADIO — Rua dr. José Carcano Lobo, n.º 312

SINES — Rua Marquês de Pombal, n.º 86 Tel. 62880

TORRÃO — Horta Seca

ORG. REGIONAL DOS ALENTEJOS

EVORA — Largo do Chão das Covas, n.º 21 Tel. 24998

BEJA — Rua Alexandre Herculano, n.º 29 Tel. 24594

ORG. REGIONAL DO ALGARVE

FARO — Rua Relfor Teixeira Guedes, n.º 35 - Tel. 24107

OLHÃO — Rua 18 de Junho, n.º 64 - B - C

LOULÉ — Av. José da Costa Meilha, n.º 39 - 1.º Tel. 63043

FERRAGUDO — Rua 1.º de Maio 24735

PORTIMÃO — Rua 5 de Outubro, 17 - 24658

ESTOMBAR — Rua D. Pedro Galvão, 5

MONCHIQUE — Estrada da Foia, 9, Monchoque.

UNIVERSIDADE PROLETÁRIA

LISBOA — Av. 5 de Outubro Tel. 770017

PLANO E ORÇAMENTO - 77

• Os Negócios do Governo

Nos últimos dias do ano de 76 os deputados na Assembleia da República aumentaram algumas horas à sua morna actividade para que o Governo PS pudesse fazer passar o Plano e o Orçamento para 77.

Embora o debate tenha sido extremamente pobre (as questões não foram discutidas mas sim negociadas), as posições aí tomadas pelos partidos são indicadoras dos projectos a curto prazo que possuem.

GOVERNO PS — A RECUPERAÇÃO CAPITALISTA

O PS apresentou o Plano queixando-se do facto dos outros partidos nas Comissões especializadas se terem recusado a discutir o conteúdo desse documento, reservando a sua tomada de posição para o plenário.

Isto significa que os partidos não estavam interessados em contribuir para «melhorar» o Plano do PS, mas sim em vender o seu voto por preços a negociar nos bastidores.

O projecto de «reconstrução económica» que o governo defende aponta como objectivo prioritário a reuperação da balança de pagamentos, pois nestes dois anos os cofres do Estado perderam 45 milhões de contos (curiosamente o mesmo quantitativo do empréstimo que os EUA «oferecem» a Soares). Para essa recuperação há que favorecer o investimento privado pelo que Soares pretende indemnizar os capitalistas das empresas nacionalizadas em cerca de 30 milhões de contos, e prejudicar a resolução de problemas como o desemprego, pois o Governo vai investir nos sectores que lhe dêem mais rendimento, sectores esses que criam pouquíssimo emprego.

Fazendo depender toda a actividade produtiva do referido deficit das balanças de pagamento, vem toda a série de propostas que já conhecemos: Diminuir as importações e o consumo, aumentar as exportações e a produção, recuperar a confiança dos emigrantes, definição de quais os produtos essenciais cujos preços serão privilegiados etc.

Tudo isto não será feito na base das necessidades das populações, combatendo o supérfluo e aproveitando ao máximo os recursos existentes mas sim na base de incentivar o que é mais rentável e a produção do que é possível a de ser exportado para os países que «nos ajudam».

O Governo diz tentar evitar que o aumento de produção interna conduza ao «agravamento da distorção da distribuição de rendimento». Esta tentativa não passa de demagogia, pois é precisamente essa «distorção», ou seja, o aumento dos lucros enquanto se mantêm ou diminuem os salários, que atrai os capitalistas que Soares convida a investir.

Se o Plano fosse rejeitado pela A.R., o Governo PS ficava sem credibilidade, quer internamente, quer para continuar a hipotecar Portugal no estrangeiro e prejudicava sem dúvida a sua almejada adesão ao Mercado Comum. Isto impôs que o Governo declarasse que se demitia caso o seu projecto económico para 77 fosse «chumbado».

Como tal não sucedeu, Soares tem luz verde para continuar a tentar que

o barco se aguarde mais uns meses, ajudado pela implorada inundação de dólares e marcos na economia, (que por sinal, contrariando o plano, vai exigir importações maciças dos países benfeitores).

Mais nenhum partido votou a favor do Plano e do Orçamento. Mais nenhum partido quer cair aquando da derrocada do Governo.

PCP — CONTRIBUIÇÕES PARA A ESTABILIZAÇÃO

O conhecimento de que a demissão do Governo, provocada pela eventual não passagem do Plano agudizaria a crise de modo a poderem surgir situações onde não recolheria dividendos, foi um dos factores que fez o PCP abster-se na votação do Plano e do Orçamento.

Este partido, que foi o único que acompanhou as críticas com propostas alternativas concretas, conseguiu, nas negociações de última hora, obrigar o PS a ceder alguns pontos a nível da Reforma Agrária, pelo que António Barreto pode fazer demoradas referências à sua política agrícola sem que o PCP, que tem criticado violentamente a actuação do governo neste campo, manifestasse a mínima objecção.

Perante a inviabilidade da «Maioria de Esquerda» (que Eanes decididamente não aceita) o PC joga em aproveitar todas as aberturas que o PS se vê forçado a proporcionar-lhe em concordatas que só eles conhecem.

As objecções que o grupo parlamentar do PC põe ao Plano (insistência no avanço da Reforma Agrária, discordância quanto ao regime geral da Previdência e quanto à política anti-inflacionária, etc.) mostram que o PC não contesta de forma alguma as premissas económicas em que o PS assenta a sua política, defendendo apenas que as medidas que toma deviam ir mais longe em certos aspectos.

Aliás esta vontade de corrigir os «aspectos errados» da política do Governo, partindo da mesma base que ele, foi também o método da UDP; só que esta votou contra, por não ter força suficiente para fazer o PS ceder-lhe qualquer coisa a troco de uma abstenção.

PSD/PPD — O GRANDE VENCIDO

Este partido foi o único que votou contra o plano, o que lhe valeu o isolamento na AR, sendo acusado por todos os outros de querer manobrar para criar uma crise que «poria em causa a democracia».

O PSD pretendia de facto provocar uma rejeição do Plano para pressionar a substituição do Governo PS por um

gabinete presidencial (como Sá Carneiro tinha vindo a defender) logicamente com os tecnocratas do PSD em postos-chave do aparelho de Estado, mas donde contudo não seriam excluídos os elementos mais direitistas do PS.

Para isso contava com o apoio dos sectores militares que apresentam este tipo de solução perante a inoperância do actual Governo.

Contudo este projecto não foi ainda avançado; o Plano foi aprovado e o PSD que foi incapaz de um recuo tático, passa agora por irresponsável e «incoerente» perante sectores que o apoiam ou lhe são próximos, sendo de esperar uma agudização das contradições internas deste partido que ainda mais o viria a desacreditar junto das instâncias do Poder.

CDS — OS LOUROS DA VITÓRIA

Em contraposição à posição desvantajosa em que ficou o PSD, o CDS ganhou trunfos com a votação.

Com a sua abstenção no Plano e no Orçamento e enquanto assistia delicado ao desastre do PSD, o CDS atingiu vários objectivos:

Deu um forte golpe nas tentativas de aproximação da parte de elementos do PS e do PSD, sobrepondo-se agora a este último partido como interlocutor do Governo à sua direita;

Abriu caminho para o PS procurar a sua ajuda quando precisa de passar diplomas na AR que tenham a oposição do PC, fazendo-se, claro, pagar por esta ajuda e impedindo ao mesmo que o PC ficasse em posição privilegiada para negociar com o PS;

Aumentou a sua capacidade de manobra junto de Eanes como partido «responsável» que mostrou ser, interessado na «estabilização da democracia».

E mais importante que isso conseguiu impedir a substituição do Governo PS por um governo de competências, que o CDS não hegemonizaria. Deste modo, e queimando o PSD, o CDS espera que quando o actual governo cair, caia tão baixo que o poder não fique na sua direita mais próxima, mas sim no próprio CDS. Para isso, deixa o governo arrastar-se por um pouco mais tempo.

O PLANO E OS TRABALHADORES

Perante as críticas que os vários partidos fizeram ao Plano do PS, pode ficar no ar uma pergunta: quais as críticas justas a fazer ao Plano?

Para compreender qual a resposta possível a esta pergunta, é necessário perceber que este plano propõe-se através de soluções de meio termo por um lado, desbloquear os empresários levando-os a investir, e, por outro, vencer (quando não obrigar) os trabalhadores a esforçarem-se pela reconstrução do País, enquanto reforça o controlo estatal sobre a economia (utilizando as nacionalizações já feitas e outras formas de intervenção nas empresas).

Ora, se por um lado o intervencionismo do Estado não encoraja os investimentos, por outro a mobilização dos trabalhadores para as tarefas a que são alheios só se faz por meio de uma repressão violenta.

A mobilização dos trabalhadores para a produção e um «apertar do cinto» voluntário só é possível dentro de uma solução revolucionária que destrua as relações de produção existente.

No actual sistema produtivo que assenta na economia do mercado, qualquer plano tem por objectivo a

Continua na pág. 4



Soares-Willy Brandt: a inundação de marcos como forma de «estabilizar» a situação económica

e a actualidade nacional

Carta do GDUP do Murtal

O GDUP do Murtal enviou-nos a seguinte carta dirigida ao General Otelo da qual publicamos os extractos mais significativos.

Ao General Otelo Saraiva de Carvalho

Camarada:

O motivo principal para a nossa carta é o de lhe virmos afirmar que a derrota sofrida pelos GDUPS nas eleições para as autarquias locais não nos afectou, nem nos desmobilizou.

Porque sabemos que os trabalhadores nunca tomarão o poder através de eleições, não consideramos as lutas eleitorais como lutas decisivas e, por isso, estes resultados não nos afectaram como a outros camaradas que terão feito apreciações triunfalistas das nossas próprias forças.

Por outro lado, já o início do nosso trabalho unitário que vínhamos analisando e criticando os desvios e as graves incorrecções que iam sendo cometidos e, também por isso, não nos surpreenderam os resultados que, quanto a nós, mais não são do que um claro reflexo do mau trabalho realizado.

No entanto, se as lutas eleitorais não são decisivas, elas constituem um indicativo importante sobre as condições subjectivas das massas num dado momento histórico. Do mesmo modo que os 800 mil votos no camarada reflectiram o anseio de amplas camadas do povo trabalhador em não deixar morrer o que de revolucionário existiu no 25 de Abril, os 100 mil votos nos GDUPS constituem um veredicto das massas sobre o movimento, reduzindo-o à sua dimensão real de pequeno grupo político que não foi capaz de ultrapassar as suas querelas internas, que não foi capaz de desenvolver na prática a alternativa revolucionária existente nas bases programáticas da candidatura, estreitando, num rápido processo de desagregação, o campo da unidade, reduzindo-o a um finíssimo arame onde só alguns equilibristas se vão aguentando.

Assim, considerámos os 800 mil votos não como uma vitória eleitoral ou como a perspectiva de futuras vitórias eleitorais, mas sim como um forte indicio da viabilidade de um amplo movimento de massas, capaz de ser um instrumento decisivo na tomada do poder. Pela primeira vez, um projecto revolucionário batia num dos campos privilegiados pelo reformismo, o campo eleitoral, um projecto reformista e isso não podia deixar de significar, na nossa opinião, uma consciência de classe sem a qual o poder ou se não toma ou não se conserva.

Muitos milhares de trabalhadores organizados ou afectos ao PCP e ao PS ultrapassaram a disciplina partidária, ignoraram as calúnias que as direcções dos seus partidos lançaram ao camarada e ao nosso jovem movimento e votaram Otelo — votaram no 25 de Abril, na reforma agrária, nas ocupações revolucionárias de terras e de casas, na força reivindicativa e política das organizações populares de base. (...)

Além destes, muitos trabalhadores não organizados partidariamente se juntaram a nós. Muitos deles, desgostosos com a prática dos partidos, viam nos GDUPS uma organização de tipo novo, onde não caberiam o sectarismo, o controleirismo, as manobras de cúpula em que as bases são apunhaladas pelas costas.

O que encontramos, desde o início.

esses camaradas nos GDUPS? Encontraram, quase sempre, discussões intermináveis e estereis entre elementos partidários, uma luta surda e raivosa que lhes passava por cima das cabeças, embora os tivesse como alvo principal, como presas a arrebatar. Por outro lado, os partidos de origem de muitos desses trabalhadores, nomeadamente o PCP, eram frequentemente criticados de uma maneira incorrecta, fanática, histórica, o que correspondeu na prática à expulsão de milhares de camaradas do movimento.

A tudo isto se aliou o facto de o camarada estar impedido de intervir.

A mordalha que lhe puseram serviu a direita, sem dúvida, mas serviu também, o reformismo — o de fora e o de dentro — ao impossibilitar a construção de uma alternativa organizativa que se opusesse às máquinas e às maquinazinhas reformistas.

Porque neste momento os GDUPS não constituem já, de facto, uma alternativa revolucionária a essas organizações: na medida em que o camarada não pôde assumir o papel a que tem direito e em que os verdadeiros independentes e os elementos de outros partidos foram abandonando os GDUPS, a organização mais forte entre as apoiantes, apoderou-se do movimento, impôs-lhe a sua linha política, a sua linguagem, moldando-o à sua imagem e semelhança.

Parece-nos inútil relatar tudo o que têm sido estes 7 meses, em que concepções inconciliáveis de unidade e de democracia têm «convivido» no seio do nosso movimento. Os erros, os desvios cometidos, o fanatismo sectário dos que ficaram em maioria depois de, com a sua prática, terem afastado centenas de milhares dos que hoje ainda poderiam e deveriam estar connosco, estão bem à vista nos resultados eleitorais.

Neste momento, o nosso movimento está reduzido às dimensões exíguas que lhe dão os militantes dos partidos apoiantes, alguns apertadários profissionais e oportunistas e alguns (cada vez menos) independentes honestos que têm conseguido resistir à erosão destes 7 meses de «unidade provisória». Nenhum dos objectivos consignados nas bases programáticas foi atingido: os GDUPS não criaram uma direcção política própria (a sua cabeça política é um grupúsculo que nem sequer integra formalmente o movimento), não se envolveram nas lutas de massas, não dinamizaram as organizações populares de base, não definiram sequer uma orientação. Nada se fez e perdeu-se quase tudo o que se construiu até Junho. A mantêm-se os dados actuais, o futuro é bem fácil de prever: se não morrerem de morte natural, os GDUPS cristalizarão na forma que actualmente já possuem — um grupelho tipo MRPP que servirá para o reformismo exterior apontar como exemplo negativo, uma espécie de papão para obrigar os trabalhadores à comefem a sopa do reformismo...

Camarada: nós recusamo-nos a aceitar este estado de coisas. Recusamo-nos a trabalhar indirectamente para um partido que não escolhemos, recusamo-nos a ser quotidianamente acusados de divisionistas pelos nos-

os camaradas de trabalho sem termos uma resposta clara e consequente para lhes dar, recusamo-nos a aceitar este «MUP» que nos querem impor através de «congressos» cozinhados entre direcções de partidos e «partidos» de apertadários. Acreditamos ainda que o MUP é a única alternativa revolucionária a apresentar à classe e por isso nos recusamos a aceitar este «MUP» (...)



O camarada candidatou-se por mandato das organizações populares de base. Nós apelamos para essas organizações e para os GDUPS revolucionários para que apoiem e reforcem a nossa posição, impondo ao camarada um novo e irrecusável mandato — o de, seja de que maneira for, relançar, com o esforço de nós todos, o Movimento de Unidade Popular. Só o camarada tem autoridade para repor o carácter revolucionário que nos fez aderir aos GDUPS. Isso passa, quanto a nós, por uma limpeza que nos liberte, de uma vez por todas, do reformismo organizado e do estalinismo traíções à linha dos GDUPS, e de outros desvios, filhos dos primeiros, tais como o sectarismo, o controleirismo e o golphismo.

O camarada não foi atingido por esta vergonhosa derrota dos GDUPS, porque, quanto a nós, o camarada nada tem a ver com os actuais GDUPS. Mas é preciso que isto se saiba, é preciso que o camarada encontre maneira de o dizer claramente.

Saudações Revolucionárias

VIVA O MOVIMENTO
DE UNIDADE POPULAR

VIVA A REVOLUÇÃO SOCIALISTA
Até à Vitória!
Sempre!

Murtal, 23 de Dezembro de 1976

Os activistas do GDUP
do Murtal

Plano e orçamento

Continuação da página 3

rentabilidade. Com este objectivo é lógico, por exemplo, deitar toneladas de uma dada variedade de fruta para o lixo para impedir que, por existir em grande quantidade, o seu preço baixe e vá prejudicar a venda de outras variedades; é lógico que uma firma metalomecânica deixe de produzir máquinas agrícolas para produzir veículos militares por estes serem mais lucrativos; é lógico que um empresário (grande ou pequeno) mantenha a sua empresa inactiva porque deixou de lhe dar lucros.

Deste modo nunca um Plano nas actuais condições pode aproveitar todos os recursos existentes, por maior que seja a competência técnica dos que o fazem.

Este aproveitamento só poderá ser feito por um Plano que privilegie a utilidade à rentabilidade. Este Plano só pode ser feito depois da destruição das actuais relações de produção, pois, naturalmente um Plano não destrói o que se propõe relançar, dinamizar, controlar. Logo destruir as relações de produção é o único projecto revolucionário que permite lançar as bases de um plano em termos correctos.

Qualquer plano dentro das actuais relações de produção pode apenas impedir que a situação económica se degrade muito rapidamente, se bem que possa assumir, em teoria, duas fachadas distintas: ou a continuação

do processo capitalista tradicional só possível à custa de uma repressão necessariamente violenta; ou uma «revolução» que se resumiria praticamente à estatização (modelo defendido pelo PCP), mas que não evitaria igualmente a repressão, mesmo mascarada de «defesa dos trabalhadores». Neste caso os exemplos históricos são suficientes para mostrar que as «novas» relações de produção instauradas são na essência semelhantes às anteriores.

Dissemos «em teoria», pois esta última hipótese para subsistir em Portugal precisaria de condições favoráveis, principalmente externas, que de facto não existem.

O projecto que se situe num processo de ruptura real com o sistema vigente comporta uma fase de desestruturação/reestruturação que só é ultrapassável através de uma prática de verdadeira democracia de massas, que resolva em cada situação concreta as contradições entre a centralização e a descentralização, entre a disciplina e a mobilidade, incentivando ao mesmo tempo a criatividade das massas. O que é radicalmente diferente da vitória do centralismo, da disciplina imposta, do dirigismo burocrático, que não no fundo, o que pretendem os autores das «construtivas críticas de esquerda» ao Plano do PS, que tentam ludir os trabalhadores com o mito de que pode ser um Plano «bem feito» a lançar as bases de uma revolução.

O GOVERNO E A DIREITA

• Tácticas e Estratégias Afins

A luta de classes continua a agudizar-se em Portugal. É esta uma luta complexa definida pelas estratégias e tácticas políticas, por um lado, dos partidos de direita, de outro lado, dos partidos reformistas, e por último, dos revolucionários. É a primeira componente que nos limitaremos a focar nos seus aspectos fundamentais.

Após as eleições para as autarquias clarificaram-se algumas posições. Entre os próprios partidos da burguesia, e em função do Governo PS, muita coisa se definiu. O dado fundamental dessa análise política, é a situação económica actual. O Governo tem-se apresentado como o baluarte do progressivo endividamento externo através da política de empréstimos sucessivos. Um empréstimo como se sabe acarreta juros, alguns deles elevados. A situação do capitalismo em Portugal não possibilita que em termos de taxa de lucro, o Governo possa devolver nos prazos estabelecidos esses empréstimos. Entretanto, vai buscar o valor dos juros a pagar através de novos empréstimos, e da tentativa de aumento de exploração dos trabalhadores enquanto vai empunhando o ouro que lhe resta. Como é evidente esta situação não se pode prolongar por muito mais tempo e os dados existentes levam-nos a concluir que apenas existem divisas para pouco mais de um mês (em termos numéricos cerca de 6 milhões de contos). A resolução económica passa evidentemente por uma solução política. É isso, os políticos burgueses sabem-no bem.

O PS GOVERNA (?)

A política do Governo é, claramente, no sentido da recuperação capitalista. Isto é, no restabelecimento das leis económicas capitalistas que permita taxas de lucro semelhantes aos verificáveis antes do 25 de Abril.

Mas o PS como partido do Governo defronta-se com contradições, que o PPD e o CDS procuram explorar, cada um à sua maneira. O PS, antes de tudo, ainda não conseguiu a «estabilidade» partidária que não está em causa nos outros partidos burgueses. Veja-se, ainda recentemente, o caso da Comissão de Trabalho com o apoio de grande parte da JS. Além disso, continua a perder apoio a nível sindical. Quer isto dizer, que o PS, ao mesmo tempo que se opõe aos trabalhadores e é desmascarado por estes, vê-se a braços com a oposição declarada do PPD e CDS, a partir do momento em que se autoproclama como único partido do Governo.

O PPD ATACA

De há algum tempo para cá, no entanto, as críticas do PPD têm subido de tom sobretudo depois das eleições para as autarquias. E têm razão para isso, pois relativamente ao PS recuperaram em termos de percentagens, relativa às eleições para a Assembleia Legislativa. Abandarem nessa críticas, significaria um sintoma de fraqueza que neste momento lhes seria mortífero. Porque, por um lado, não podem frustrar os interesses manifestados pelo sector da direita que os

apoia, e por outro lado, têm todo o interesse em tirar partido de uma situação favorável para conquistar o apoio de maiores sectores da burguesia.

Por isso o PPD rejeita qualquer tipo de identificação com o Governo, e não hesita em afirmar que apenas os ministros Barreto e Cardia lhes dão garantias. Puderam!

A táctica do PPD não deixa margem para dúvidas em relação às suas intenções. Queda do Governo PS, ou eventualmente, a formação de um Governo de «competências» que implica, de qualquer forma, a queda do anterior Governo, para um futuro Governo de maioria PPD.

E O CDS AGUARDA

Curiosamente, o CDS, partido da alta burguesia, tem tomado atitudes que à primeira vista poderia surpreender-nos. Assim, e contrariamente ao PPD, tem tido a preocupação de não hostilizar o Governo. Parece-nos evidente, que os resultados das eleições para as autarquias, tiveram a sua influência na definição desta posição; talvez tenham sido, mesmo determinantes, e daí a sua dupla jogada actual. O CDS tenta dar a aparência de um partido «democrático», com uma base social de apoio que

é inexistente, no sentido de fornecer ao PS uma posição colaborante, tendo em vista a necessidade de não deixar «fugir o PS para os lados do PC. Digamos mesma moeda. Enquanto um ataca o Governo, o outro dá-lhe a mão, de forma que o PS não lhes fuja. Mas o CDS não deixa de jogar também com a posição do PPD. CDS e PPD têm consciência da crise económica portuguesa, e sabem que na perspectiva capitalista apenas fortes medidas repressivas sobre os trabalhadores, possibilitarão a sobrevivência do capitalismo. Com aparentes divergências tácticas, CDS e PPD, preparam-se para cumprir o papel que a burguesia lhes ditara. Se os trabalhadores deixarem!... Entretanto, o PS vai cedendo, sempre à direita, claro!

OS MILITARES

Mas a direita também joga a nível militar. Não lhes interessa tanto a con-



CDS e PPD preparam-se para cumprir o papel que a burguesia lhes ditara. Entretanto, o PS vai cedendo, sempre à direita, claro!

quista de lugares no aparelho burocrático do comando militar, como a subida gradual de militares que lhes são afectos a postos de comando operacional. É assim que se compreende as recentes promoções de homens que estiveram no 11 de Março, no 28 de Setembro e se opuseram... ao 25 de Abril.

Dentro desta mesma perspectiva, aparecem propostas, que já estão a ser levadas à prática na Força Aérea, de regresso às cadeias hierárquicas. Que significa pura e simplesmente, o regresso dos mesmos militares que detinham o poder durante o fascismo.

Como vemos, quer a nível militar, quer civil, a direita avança, e enquanto agora o PS lhe dá cobertura, numa próxima fase será ele próprio levado na enxurrada fascista. Mesmo que para isso a direita necessite de um golpe! Entretanto Barreto e Cardia, vão-se encarregando de lamber as botas do fascismo...



PIDES: A FARSA DOS JULGAMENTOS

Em 1976, dois anos após o 25 de Abril, surgem, finalmente, os julgamentos dos «pides».

Depois da impotência, devido aos ataques da direita, de Vasco Gonçalves julgar os elementos da expolícia-política, o Governo de Soares, o primeiro constitucional, decide-se enveredar pelo difícil caminho de julgar os «pides».

Estes «julgamentos» aparecem numa situação política em que a direita já nada tinha a recear. A primeira lei sobre os «pides», tinha sido revogada e considerada anticonstitucional e agora existia uma nova que lhe garantia que aqueles que iriam ser apresentados em tribunal iriam ter as testemunhas que lhe convinha, os juizes que lhe convinha e iriam ser julgados da forma que lhe convinha — isto é, como casos individuais, desligados uns dos outros. Eram homens a ser julgados. O sistema que deles havia necessitado para se manter não seria denunciado e muito menos julgado.

E assim se iniciaram os «julgamentos» daqueles que durante longos anos foram os mais fieis servidores e defensores da burguesia fascista. Daqueles que durante anos se encarregaram de «limpar» qualquer resis-

tência ao fascismo.

Agora para os pides não existe já só a possibilidade de «fugirem» da prisão. Para eles há agora a permissão de saírem em liberdade ou de, depois de desculpas de todos estes meses sem julgamento cumprirem leves penas após as quais sairão em liberdade, serão cidadãos respeitáveis com todos os seus direitos, até o direito à posse da arma que usaram para deter e muitas vezes assassinar muitos e muitos militantes antifascistas.

A farsa é tão grande que até dirigentes do partido que no Governo permite e dá cobertura a estes procedimentos se insurgem contra ela.

É que dá demasiado nas vistas libertar um chefe de brigada que pertenceu à PIDE durante 25 anos, cortando-lhe os direitos políticos, por cinco anos; permitir que durante as sessões do tribunal se assista a toda a série de provocações por parte dos «réus», desde repentinos ataques de amnésia até afirmações do género «nunca soube que a PIDE torturava». É ainda demasiado evidente a disposição de libertar todos os «pides» quando se solta sob caução um homem que no 25 de Abril era o responsável pelo sector do Ultramar na António Maria

Cardoso e um dos «importantes» da organização.

O que significa soltar um assassino recebendo em troca uns tantos contos? A quem pertence o dinheiro que em troca de uma liberdade condicionada é dado à PSP? Que respeitável emprego teria o sr. Oscar Cardoso além de torcionário da PIDE?

No entanto, não muito satisfeito com a palavra «condicionada» escrita depois de liberdade, Oscar Cardoso decide abandonar o País, e partir algures para a África do Sul ou para a Rodésia como tenente-coronel dos mercenários que ali combatem os Movimentos de Libertação, defendendo a seita de Smith e de Vorster. Isto claro, enquanto aqui em Portugal ainda lhe não for possível fazer o que sempre fez...

Só o avanço da direita verificado a todos os níveis, a sua decisão de ilibar o fascismo e a capitulação e cedência do Governo PS permitem compreender que os julgamentos não poderiam ter decorrido de outro modo e que assim irão continuar; se, entretanto os trabalhadores e os revolucionários não criarem condições para que não seja Seixas ou Cardoso a ser julgados, mas a PIDE e o fascismo.

nos campos

O AVANÇO DA REACÇÃO NO ALENTEJO

A recuperação capitalista na zona da reforma agrária

AS DESOCUPAÇÕES

Sem dúvida alguma que o facto mais marcante do ano passado na zona da Reforma Agrária foi o início do processo de desocupação de terras.

As desocupações começaram pelas zonas onde existe menos organização, pelas zonas mais isoladas, para não permitir uma concentração e uma intervenção dos trabalhadores rurais. É assim que a Lobata, a Unidade Otelu Saraiva de Carvalho, e neste momento Arraiolos e S. Marcos, locais de menor implantação de trabalhadores e onde as parcelas de terreno ocupadas são mínimas, são as primeiras a ser atingidas. No entanto o mais importante não são os escassos milhares de hectares desocupados mas o próprio processo que se vai alargar e abranger mais de metade das zonas ocupadas pelas cooperativas neste momento.

A LEI DAS DESOCUPAÇÕES

Todo este processo é desencadeado baseando-se na lei que regulava as desocupações. No entanto essa lei não permitia uma ampla aplicação, na medida em que tinha em conta, por um lado, casos de terras que estavam mal exploradas e casos em que as cooperativas seriam afectadas economicamente e, por outro, não podiam ser restituídas propriedades a indivíduos que tivessem outros rendimentos ou mais terras noutros locais.

Mas essa lei ainda não servia para a recuperação capitalista que se propõem fazer na zona da Reforma Agrária, e ela é tectificada permitindo uma aplicação muito mais vasta: são devolvidas terras a pessoas com outras profissões e outros rendimentos, a reideiros (o que equivale a entregá-las ao proprietário), e neste momento estão-se já a desocupar terras que prefazem mais de 50.000 pontos (há casos em que parte é entregue ao reideiro, parte ao proprietário, o que equivale a duas reservas dentro da mesma propriedade).

Já se efectuaram várias desocupações sem em contrapartida ter sido expropriado qualquer latifúndio que exceda os 50.000 pontos. Estão-se a verificar atropelos à própria lei burguesa (na qual nem os trabalhadores, nem sequer os sindicatos tiveram a mínima interferência) que está a ser aplicada segundo os interesses capitalistas que fazem uma lei para justificar uma determinada actuação e que depois só em parte a aplicam.

A REPRESSÃO

A impopularidade da lei é patente na forma como é feita a intervenção através da GNR, não tendo em conta uma discussão anterior com os trabalhadores, como previa a lei. Os trabalhadores são pois postos perante uma situação de facto que é a cooperativa ocupada pela GNR de forma extremamente violenta, não permitindo qualquer alternativa de negociação.

Tudo isto assenta num plano concertado, ao qual se liga uma mentalização das forças repressivas, nomeadamente a GNR, no sentido de impor uma autoridade da qual eles seriam os guardiões; um aumento de vencimentos da GNR e o saneamento em Centros de Reforma Agrária como o de Évora, o encerramento de outros como o de Portalegre e Alcácer do Sal e a apropriação pela reacção do Centro de Beja.

Évora, zona de maior concentração e organização dos trabalhadores, é o último local onde se faz sentir a repressão e os saneamentos. Neste momento o Centro de Reforma Agrária é um centro de reacção onde os latifundiários se encontram para discutir a forma como vão actuar, concertados com o Ministério da Agricultura e com o IRA, deixando de ser um local de apoio aos trabalhadores das cooperativas, que neste momento são recebidos por funcionários para isso designados e que são oriundos dos latifundiários, como sejam filhos de conhecidos agrários, ou técnicos ligados aos grandes latifundiários do Alentejo.

O SALÁRIO MÍNIMO NACIONAL

A culminar este processo surge o vencimento mínimo nacional que é de 4.500\$00, à excepção de algumas classes trabalhadoras, como sejam os trabalhadores rurais, para os quais é de 3.500\$00. Assim são retirados os trabalhadores das Cooperativas, obrigando-os a trabalhar como assalariados para os agrários e definido desde já o ordenado de 3.500\$00. O que quer dizer que quem tem de pagar a recuperação da Agricultura no Alentejo não são os latifundiários, mas efectivamente, os trabalhadores rurais.

Trata-se portanto de uma política concertada de avanço da direita que tem a sua vanguarda na CAP, em ligação directa com o Ministério da Agricultura e com as forças repressivas.

O ESTRANGULAMENTO ECONÓMICO DAS COOPERATIVAS

Todas estas medidas são acompanhadas dum estrangulamento económico das cooperativas, como seja o retardamento do pagamento dos produtos entregues ao Instituto dos Cereais ou à Junta Nacional dos Azeites, em que os produtos são entregues e decorrem longos meses sem que o pagamento seja efectuado, ou a obrigatoriedade de negociar cortiças através do IRA para reter o produto dessa venda para pagamento de dívidas que os agrários tinham contraído antes do 25 de Abril.

Há neste momento cooperativas a quem foi retirado o crédito de emergência, nomeadamente durante o prazo de um ano, a pretexto de que as cooperativas não tinham uma contabilidade a funcionar normalmente.

Tudo isto não é mais do que uma forma de sabotar economicamente as cooperativas.

MELHOR GESTÃO OU RECUPERAÇÃO CAPITALISTA?

Este processo não pode ser visto em termos de rendimento nacional, na medida em que este foi um dos anos em que o Alentejo mais produziu. Os agrários não são colocados nos seus antigos postos por uma questão de melhor gestão das terras, mas para satisfação dos interesses das forças reacçãoárias e do capitalismo, pois, no que diz respeito ao rendimento nacional, provou este ano que os aproveitamentos no Alentejo foram muito maiores, os rendimentos muito superiores, trabalhou-se mais, o desemprego diminuiu e houve um melhor aproveitamento de tudo o que foi produzido. Houve portanto menor desemprego, maior produtividade e desbravamento de terras que até aqui estavam incultas para reservas de caça ou até criação de touros e que neste momento estão a produzir cereais e carne para consumo; a produção do azeite subiu e o seu aproveitamento foi quase total o que não acontecia até ao 25 de Abril de 1974.

A RESPOSTA DOS TRABALHADORES. A RESPOSTA DO SINDICATO

A resposta dos trabalhadores à lei de desocupação, cujo objectivo rapidamente compreenderam ser o de vir repór a sua escravização, foi de não aceitação. No entanto, uma resposta em termos organizados é difícil, pois, os sindicatos, estando controlados como estão pelas forças reformistas, tentam plataformas de negociação. Vão iludindo os trabalhadores e vão-nos desmobilizando para uma resposta mais adequada e mais frontal a todo o processo.

O sentir dos trabalhadores é de que isto constitui um ataque a quem trabalha, um retorno a formas ditatoriais capitalistas, mas contudo, não têm encontrado alternativas organizadas, na medida em que os sindicatos, dizendo-se defensores dos seus interesses, os vão iludindo com formas de luta que não podem de maneira nenhuma enfrentar em termos de violência a actual investida reacçãoária. O sindicato propõe negociações, propõe cedências atrás de cedências e assim vai desmobilizando os trabalhadores.

Começam, no entanto, a sentir-se neste momento graves problemas ao nível desta actividade de compromissos da parte dos sindicatos, que se vêm oitavos casos em sérias aflições para conter a iniciativa revolucionária dos trabalhadores.

O PROJECTO DA BURGUESIA A MÉDIO PRAZO

A coexistência da propriedade privada com as cooperativas no Alentejo é inviável em termos socialistas, na medida em que vai criar graves con-

vulsões no meio dos trabalhadores. Assim, uma cooperativa que tenha determinada área, por hipótese 3.000 hectares (as cooperativas são formadas por várias propriedades de vários latifundiários, em muitos casos), se para cada proprietário se retirar uma reserva, isso significa que a cooperativa ficará bastante reduzida em área a cultivar, o que levanta logo à partida graves problemas: se o número de cooperantes fosse por exemplo 200, a partir da restituição da área de reserva há uma total impossibilidade de manter esse número. Quem é que vai sair? Quantos vão ficar?

Está-se deste modo a empurrar os trabalhadores para o oportunismo. Alguns começam já, os menos conscientes, a agir de uma forma primária, ou seja, a defender-se individualmente. Se alguém tiver que sair daquela cooperativa não serão eles e procuração que outros saiam.

Serão assim criados graves problemas a nível social. A passagem das terras para os latifundiários vai criar desemprego, o que fará com que os desempregados entrem em conflito com as próprias cooperativas. Haverá tentativas de admissão nas cooperativas e estas sem poderem comportar esse excedente.

Por outro lado, a dimensão da propriedade no Alentejo obriga a que algumas culturas para serem rentáveis tenham uma determinada área de cultura, para possibilitar o emprego de máquinas que são bastante caras (ceifeiras, tractores etc) e que numa propriedade de dimensões mais reduzidas estariam imobilizadas a maior parte do ano, o que implicaria um menor rendimento.

Também o pleno emprego que neste momento existe nas cooperativas será afectado. Actualmente os trabalhadores não perdem dias por estar mau tempo, ou estar a chover, pois guardam determinado tipo de trabalhos para fazer nesses dias. O reduzir da sua área de intervenção reduz também a possibilidade de reservar esses trabalhos para esses períodos. A diversificação do trabalho de uma forma racional será pois também atingida.

Todos estes problemas vão certamente conduzir a um forte estrangulamento das cooperativas, no campo económico, nas áreas de cultivo, no trabalho e rentabilidade. Isto nada tem a ver com o sistema a caminho do socialismo, mas sim com um sistema a caminho do fascismo, em que os trabalhadores terão de suportar novamente todas as vicissitudes, todas as crises da própria agricultura. Pois em relação aos latifundiários, o que acontece é que quando está a chover os trabalhadores ficam em casa e não recebem vencimento. Só um número reduzido de assalariados rurais é contratado mensalmente, e a grande maioria serão trabalhadores eventuais que só trabalham quando o patrão entende que há condições de rentabilidade capitalista.

Continua na pág. 16

BALANÇO MILITAR

— 1976 é nas Forças Armadas como em todos os outros sectores o ano da destruição de muitas das conquistas da Revolução, da subordinação dos interesses do imperialismo americano e da NATO, da repressão violenta sobre os soldados, da organização das forças de extrema-direita, da repressão violenta sobre os trabalhadores, do bombismo, da sua impunidade e mesmo da cobertura ao mais alto nível que é dada a esta rede, caso de Mota Freitas e Pires Veloso, é o ataque em forma ao que resta ainda do MFA e dos NOVE, aparecem as organizações clandestinas os CDL (Comitê de Defesa de Liberdade) que toda a gente sabe o que é e quem é. É o ano das eleições para a Assembleia da República, para a Presidência e para as autarquias locais. É o ano em que Otelo é preso por duas vezes, em que reúne à sua volta um extraordinário movimento popular e em que é o 2.º candidato mais votado, abrindo novas perspectivas para o impasse a que a situação chegou. É o ano dos inquéritos e dos pseudos-relatórios, aparecem assim o relatório sobre o 25 de Novembro, os anexos e o relatório sobre serviços feitas a presos, estes relatórios que são ilegais, destinam-se a tentar convencer a opinião pública que houve uma tentativa de golpe de esquerda em 25 de Novembro e justificar o actual Poder. São feitas conferências de imprensa para os desmistificar.

1976 é ainda o ano do escândalo dos PIDES e da sua libertação.

Ao contrário do que se previa 1976 não foi o ano da paz podre nas Forças Armadas, estas continuaram em estado de efervescência, a escolha do candidato à presidência da República, a repressão violenta sobre os soldados, a disputa pelos postos importantes, as remodelações no CR, os discursos e as asneiras de Moraes e Silva que tem direito ao título do «Calinas do ano», a romaria a Pires Veloso que forma um poder autónomo no Norte, o almoço de Canto e Castro em Bruxelas com Holden Roberto, a agitação que uma reunião de oficiais oriundos de milicianos na Malveira provoca e da cobertura que toda a imprensa de direita faz.

1976 — Termina com o envio de Salgueiro Maia para os Açores e com o aparecimento de notícias que dão como eminente a expulsão de vários oficiais que desempenharam um papel importante na Revolução.

Vamos referir por meses os factos mais importantes, eles falam por si, pela conspiração que se prepara, pela traição aos ideais do 25 de Abril.

JANEIRO — O ano começa com os graves acontecimentos frente à prisão de Custódias, a armadilha preparada aos militares que ali se encontram e que consistia em «facilitar» a sua fuga e depois abatê-los falha mas a GNR assassina 4 pessoas que se manifestavam no exterior, entre os quais um cidadão alemão e fere muitas outras pessoas as quais uma criança filha do tenente-coronel Arnão Mutelo.

— Em Caxias familiares e amigos dos milicianos foram espancados por comandos.

— Encontram-se ao todo presos 118 militares nas prisões de Caxias, Custódias e Santarém.

— Otelo é preso também neste mês por ordem de Eanes e ultrapassando o canal hierárquico e o circuito da justiça.

FEVEREIRO — Otelo põe condições para sair da prisão, consistiam na libertação de todos os outros oficiais.

Realiza-se uma grande manifestação promovida pelo CLARP que se desloca a S. Bento onde deixa milhares de cartazes com a fotografia de Otelo.

— Neste mês fala-se pela primeira vez na candidatura de Ramalho Eanes à presidência da República.

— Foram transferidos de Custódias para Caxias e Santarém 41 militares presos no 25 de Novembro.

— Souto Cruz parte para Bruxelas para uma reunião da NATO.

— Vasco Gonçalves é passado à reserva, por «não garantir a fidelidade aos princípios do MFA».

— Realiza-se em Braga uma reunião de ex-militares desempregados.

MARÇO — Foram soltos mais dez elementos da PIDE/DGS.

— Sanches Osório — que tinha fugido para Espanha e Março e que pertencia ao directório do ELPMDLP chega a Portugal e é seguidamente posto em liberdade. Será o primeiro de uma lista de reacccionários que aproveitando a situação favorável virão como abutres para comerem a carne dos trabalhadores.

— Continuam em Santarém os maiores Campos Andrade, Tomé e o capitão Faria Paulino.

— Otelo desloca-se ao Restelo para ser inquirido — é o início do julgamento do 25 de Abril.

— Levanta-se o problema da Revisão Constitucional — a direita joga na Revisão, o Conselho de Revolução divide-se.

— Dá-se o reconhecimento de Angola e discurso de Moraes e Silva na Ota contra este reconhecimento. (4 de Março).

ABRIL — TERMINA A INSTRUÇÃO DAS DUAS COMPANHIAS (400 homens) de Polícia de choque.

— Marcelino da Mata ex-alferezes comando, implicado no 11 de Março, ligado a movimentos fantoches contra o PAIGC é preso em Espanha com armamento.

— Um cabecilha do 7 de Setembro com mandato de captura dá uma conferência de imprensa em Lisboa — É o início da escalada reacccionária, de impunidade de todos os reacccionários e do desrespeito pelas próprias leis. Lisboa torna-se um centro de conspiração entre a África.

— Os ex-militares desempregados constituem-se em Associação e exigem direito ao trabalho.

— É noticiado um abaloamento mistério de um navio de guerra na costa do Algarve. O caso Save nunca mais foi deslindado. Mais um dos casos que nunca mais serão esclarecidos.

— É criado o Centro Conjunto de Operações para garantir a segurança das eleições, este centro constituído por um núcleo de militares direitistas virá a desempenhar um papel importante na organização das forças de direita.

— Por outro lado apesar da repressão e da mentira, soldados em Beja durante incidentes colocam-se ao lado do povo.

— As condições de vida dos soldados são piores que durante o fascismo — É noticiada uma intoxicação colectiva no quartel de Aveuro.

— Realizam-se as eleições para a Assembleia da República. 25 de Abril.

— Realizam-se manobras da NATO — Exercício Open Gate (29 Abril).

— A GNR intervém contra trabalhadores na Vieira de Leiria.

MAIO — Otelo requer autorização para uma eventual candidatura à presidência da República.

— 28 de Maio — Kaulza de Arriaga dá uma conferência de imprensa sobre a sua não apresentação às eleições presidenciais. Elogia a PIDE e ataca a colonização. Presentes o

major Moniz Fernandes ex-porta-voz da Junta de Salvação Nacional, generais Silvino Silvério Marques e seu irmão Jaime Silvério Marques, general Delgado e Silva ex-comandante da Academia Militar, coronel Xavier de Brito — um dos oficiais que em 11 de Março 75 assaltou o quartel do Camo e o Regimento de Cavalaria da GNR e posteriormente se refugiou na Embaixada alemã, major Garoupa que acompanhou Xavier de Brito naquela acção e é actualmente adjunto do director da Arma de Cavalaria. (O ELP, Spinola e Kaulza tudo junto).

— Sousa e Castro afirma sobre a Comissão de Extinção da PIDE que: «Cabeças de políticos rolarão». Até hoje.

A 20 de Maio — Bomba na torre do Aeroporto de Lisboa.

29 de Maio — Otelo no Porto — uma manifestação gigantesca, o início do grande movimento popular.

— Bomba na Avenida da Liberdade mais um morto.

— Vasco Lourenço faz a campanha eleitoral de Eanes na Escola Prática de Infantaria.

— São feitos exercícios militares em todo o País.

JUNHO — Inicia-se o mês com a campanha pré-eleitoral

A 5 de Junho uma bomba destrói a Associação de Amizade Portugal-Moçambique, duzentas pessoas feridas. A 6 uma bomba no MEIC.

A 8 de Junho num acidente de helicóptero morrem dois militares e o ministro de S. Tomé e Príncipe, Nuno Dias. Pires Veloso fica gravemente ferido — Inicia-se a romaria das visitas.

— Souto Cruz — Em Bruxelas afirma que a Brigada NATO portuguesa terá cerca de 4500 homens. São descarregados debaixo de medidas de segurança rigorosa os primeiros carros de combate M48A5 e de transporte M113.

— Em Luanda são julgados 13 mercenários.

— Otelo é impedido de sair do aeroporto das Lages e na presença de um major oficial de segurança da Base é içada a bandeira da FLA.

— Sousa e Castro afirma que «as liberdades estão em perigo se não houver um ataque frontal ao terrorismo». Até hoje.

— Melo Antunes é nomeado para presidir à Comissão Constitucional.

A 23 de Junho o almirante Pinheiro de Azevedo tem um enfarte de miocárdio e fica afastado da corrida para as presidenciais.

A 25 de Junho — Otelo é impe-

Continua na pag 17

Texteis: sector em crise

• Trabalhadores em luta

Neste balanço do sector têxtil optámos por analisar as lutas de uma forma generalizada, focando resumidamente a causa de todas elas — o agudizar da crise económica do sector.

Isto não implica que não venhamos a fazer, à semelhança do que se passou na Construção Civil uma análise mais detalhada e aprofundada da questão.

Para se compreender as lutas que se desenrolaram em 1976 teremos que ir muito tempo atrás, mesmo antes do 25 de Abril. As lutas não se iniciam no dia 31 de Janeiro e acabam 365 dias depois...

Assim temos que começar por uma curta análise dos precedentes das lutas que se desenrolaram no ano que agora terminou para a qual nos reportamos a informações realçadas por um elemento do Sindicato dos Têxteis, Lanifícios e Vestuário do Sul.

ANTES E DEPOIS DO 25 DE ABRIL

Aquilo a que vulgarmente se dá o nome genérico de TÊXTEIS engloba vários sectores distintos — têxteis, lanifícios, vestuário, tinturarias e lavandarias.

Antes do 25 de Abril, e para melhor dominar os trabalhadores, o Governo fascista havia criado sindicatos independentes para cada um destes sectores.

Assim, com os trabalhadores divididos, a exploração tornava-se mais fácil. Cada sector tinha o seu CCT e cada um ganhava aquilo que os patrões entendessem que podiam pagar sem que isso lhes fosse prejudicar os lucros.

Como 25 de Abril as coisas ir-se-iam modificar.

As reivindicações dos trabalhadores começariam desde logo. Para estes o salário de 1.700\$00 que a maioria ganhava não se poderia manter.

LUTAS POR MELHORES SALÁRIOS

Quando os 3.300\$00 foram instituídos como ordenado mínimo, os trabalhadores têxteis iniciaram uma dura luta pelo seu pagamento e muitas vezes pelo seu aumento por o considerarem injusto (Sogantal, em 1975 por exemplo).

Os patrões das empresas (na sua maioria multinacionais) começaram a ver abalados os seus privilégios e os abandonos das fábricas passaram a ser moeda corrente.

Em Portugal a ausência de mecani-

zação avançada não lhes permitia recuperar os lucros perdidos nos aumentos dos salários, tal como acontece nos países tecnologicamente mais desenvolvidos.

Os trabalhadores viram-se, portanto, a braços com uma nova situação. Era necessário gerir as empresas que os patrões tinham abandonado e assegurar os seus postos de trabalho. A falta de apoio estatal, a ausência de matéria-prima e de mercados, tornavam a luta pela sobrevivência uma tarefa difícil.

Entretanto iam-se formando cooperativas e algumas empresas entravam em autogestão. Hoje as empresas nestas condições empregam cerca de 7500 trabalhadores.

A LUTA CONTRA OS DESPEDI- TOS

Nas fábricas que continuaram sob o controle dos patrões os despedimentos passaram a ser a sua arma preferida. Esta era a única forma de manter os seus lucros e neste último ano, com a situação política favorável aos seus intentos, a intensidade dos despedimentos aumentou consideravelmente. Despedimentos esses que revestiram duas formas distintas — ou colectivos, ou recaído sobre dirigentes sindicais e trabalhadores que durante lutas anteriores se tinham mostrado mais activos.

Neste último caso há que salientar o despedimento de dois delegados na Manuel Lopes Henriques e Filho Lda, e o processo que se lhe seguiu até à sua reintegração pelo Ministério do Trabalho.

LUTA PELO C.C.T.

Para além das lutas contra os despedimentos, 1976 caracterizou-se pelo acentuar da luta pelo C.C.T. único. Com efeito, se bem que logo após o 25 de Abril se tivesse constituído um único sindicato, os trabalhadores continuaram a ter contratos colectivos conforme o ramo em que trabalhavam. Hoje, o Ministério do Trabalho, depois de todo este tempo sem nada ter resolvido, saiu com a portaria que pretende «obrigar» os patrões a negociar.

SANEAMENTOS E LUTA CONTRA O REGRESSO DOS PATRÕES

Mas outros motivos de luta revestiram particular importância, ultrapassando o aspecto meramente reivindicativo: os saneamentos, logo após o 25 de Abril, de elementos ligados ao regime fascista e a luta; hoje, pela sua não reintegração têm um claro carácter político de recusa do fascismo e seus laços por parte dos trabalhadores têxteis.

MORADORES

O ano de 1976 para os moradores pode-se caracterizar essencialmente da seguinte maneira:

1 — Agravamento generalizado da situação em virtude da ofensiva da burguesia: milhares de acções de despejo entradas nos tribunais e algumas centenas de executadas; especulação ainda mais desenfreada com as rendas de casa; extinção do S.A.A.L. que sem resolver problemas de fundo alimentava no entanto, esperanças aos moradores dos bairros de lata e de bairros «degradados» e, nessa medida, contribuiu para a sua organização.

2 — Lutas pontuais e com uma certa dose de espontaneísmo contra os despejos (Amarante, S. Mamede, Bairro de Angola, etc.), pelo direito a habitar casas vagas (ocupações em Cascais, Ulhao, Barcelos etc) ou ainda por melhores transportes e mais baratos (Feais, Coimbra, Trafaria etc). Ainda neste campo é de destacar o aparecimento de formas violentas de lutas, desde a invasão do gabinete do Juiz, até ao espancamento (ou ameaças) de senhores, oficiais de diligências ou advogados, e também de formas mais «sofisticadas» como a utilização de petardos e granadas de mão.

3 — Manifestações defensivas contra os despejos e por uma habitação digna em Lisboa (10 de Abril) e contra a extinção do S.A.A.L. em Lisboa e Porto com uma mobilização muito importante.

4 — Do ponto de vista da organização dos moradores é de salientar o quase desaparecimento da maior parte das C.M., em todo o país, arrastando de uma maneira geral as estruturas de cúpula (Comités de Luta, Secretariados, Inters), escapando à «morte», apesar de muito enfraquecidos, o Conselho Revolucionário dos moradores do Porto, a Inter dos Bairros de Lata de Lisboa, e pouco mais.

Quanto à Associação dos Inquilinos Lisbonenses pode-se dizer que durante muito tempo foi a única estrutura em que o fascismo alastrava e res e procurou impedir o desmoronar das C.M. Pode-se dizer que, numa altura em que o fascismo alastrava-se recuperação capitalista se desenvolveia por toda a parte, a organização dos moradores foi profundamente atingida pelo reformismo, defensivo e eleitoralista por natureza.

Os militantes revolucionários não foram capazes de lutar e vencer os reformistas que, estimulados por eleições umas atrás das outras, desviavam os militantes das C.M. e destruíam a respectiva organização, como não foram capazes de correr com os falsos revolucionários que em vez de contribuírem para a organização das lutas, se limitavam a criticar os reformistas.

Porque 1976 foi um ano eleitoralista por excelência as poucas lutas tra-

vadas contra os despejos, acompanhadas de uma agitação demagógica e miserabilista (contra «os desgraçados» «tuberculosos», a «família com 8 filhos e o pai e a mãe desempregados» etc), bastaram para obrigar o governo P.S. a suspender, ou quase, os despejos.

As eleições porém acabaram. 1977 não será mais ano de conciliações com ou sem militantes revolucionários as contradições vão-se desenvolver de forma cada vez mais violenta. A burguesia não perdoa e os trabalhadores não vêm outra solução senão a luta.



CONSTRUÇÃO CIVIL RETROSPECTIVA 76

Luta Pelo CCT Vertical

JANEIRO

— Encontro das organizações de trabalhadores da Construção Civil e Obras Públicas que reuniu 170 organizações no total de 600 participantes. Foram aprovadas moções de repúdio pelo congelamento dos Contratos Colectivos de Trabalho e pela prisão de 2 trabalhadores do J. Pimenta na sequência do 25 de Novembro.

— Paralisação de 2 horas com realização de plenários nas empresas, a qual teve cerca de 70 por cento de adesões.

— Concentração no Estádio 1.º de Maio, com o apoio de outros sindicatos, a que compareceram 150 000 trabalhadores.

MARÇO

— Prorrogação sucessiva do prazo dado ao Governo para a publicação

da portaria do CCT, que estava pronto para publicar desde o dia 24 de Novembro.

— Marcação por 30 sindicatos e federações e posterior anulação dum a greve pela publicação da portaria.

— Greve no distrito de Beja de cerca de 3 mil trabalhadores pela saída do CCT.

ABRIL

— Aderência à greve de 13 empresas de Setúbal, entre as quais a Sanguie, Urbisado, Engil, Neocivil, Turcopol, etc.

— Na sequência das posições revolucionárias adoptadas por 5 dirigentes sindicais de Setúbal que apoiaram a greve, estas foram suspensas por «desobediência» à decisão de anulação de greve, decretada pela Comissão Negociadora do CCT.



CONTRA OS ATENTADOS BOMBISTAS

— Paralisação de trabalho de 2 horas, no distrito de Braga, em Janeiro, com o apoio de 30 sindicatos, contra os atentados levados a cabo nos sindicatos de Braga em 28/1/76.

— Paralisação de 1 hora no distrito de Lisboa, em Fevereiro, com os mesmos objectivos.

Lutas nas Empresas



J. PIMENTA

— Luta pela reconversão da empresa, face à gravíssima situação financeira da mesma. Culminou com a concentração de trabalhadores e maquinaria em S. Bento e no Ministério da Habitação e Urbanismo, em Março.

DORSIL

— Luta de 120 trabalhadores pelo pagamento do subsídio de férias, 13.º mês e retroactivos. Em Janeiro os trabalhadores ocuparam os escritórios da empresa, em Fevereiro entraram em greve a qual durou 15 dias, terminando com a promessa de cumprimento das exigências dos trabalhadores. Entretanto a entidade patronal faltou ao prometido e os trabalhadores entram novamente em greve em Abril.

SANIMAR

— Luta contra a nomeação de uma Comissão de Gestão sem a confiança de 250 trabalhadores. O Governo procedeu à selagem das instalações por dois meses, durante os quais os trabalhadores se concentraram no Ministério do Trabalho.

J. FRANCISCO DOS SANTOS

— Luta de 600 trabalhadores contra a selagem, em Abril, das instalações, motivada pela destituição da Comissão Administrativa e a suspensão de 2 trabalhadores.

SOMAGUE

— Paralisação em Maio dos trabalhadores (cerca de 40) da empresa contra o despedimento de um operário sem motivo justificado.

PETROGAL

— Paralisação durante 6 dias, como forma de protesto pela falta de assistência médica que provocou a morte de um operário. Terminou com a satis-

fação destas exigências por parte do Governo.

TOMÁS DE OLIVEIRA

— Paralisação durante cerca de 1 mês, em Fevereiro, pela reintegração da Comissão de Trabalhadores.

SADIMAR

— Ocupação das instalações em Setúbal, em Fevereiro, pelo pagamento aos trabalhadores dos salários atrasados.

A. C.

— Luta de cerca de 2700 trabalhadores em Julho, contra a suspensão de dez operários que constituíam o Secretariado Provisório do Conselho de Trabalhadores. A culminar esta luta realizou-se uma manifestação frente à empresa com a participação de cerca de 600 trabalhadores.

A partir de Novembro iniciou-se nova luta pelo pagamento dos salários atrasados.

COMPLEXO DE SINES

— Paralisação de 3 horas, em Março, e concentração-cimício pela reintegração da Comissão de trabalhadores da Tomás Oliveira. Em Julho realizou-se nova paralisação, agora de uma hora, pela mesma razão e o processo culminaria com uma greve de zelo também de apoio aos trabalhadores suspensos da A. C. Apesar da vitória na luta, a entidade patronal não queria pagar os 4 dias de greve, mas acabou por ceder após a paralisação de 1 dia.

CONSTRUÇÃO CIVIL DA MADEIRA

— Greve de 15 mil trabalhadores durante 27 dias, de Outubro a Novembro. Motivo: renovação das tabelas salariais, 30 dias de férias e 13.º mês. Terminou com a satisfação da quase totalidade das exigências.

1976

Ano de Definição de

PRISÃO DE OTELO
MANIFESTAÇÃO
DO CLARPLIBERTAÇÃO DOS MILITARES
REVOLUCIONÁRIOS

A prisão de Oteló veio coroar a onda de perseguição aos militares revolucionários desencadeada pelo golpe de 25 de Novembro. Prendendo Oteló, o Poder prendeu o 25 de Abril, ousando assim tocar numa figura até aí intocável.

Mas a manifestação do CLARP, primeira manifestação feita pela esquerda após o 25 de Novembro, foi um sinal de que os trabalhadores e a esquerda acordavam de um sono aparente.

A libertação dos militares revolucionários, que se mantém até hoje sem julgamento, mostrou a inconsequência duma acusação que apenas serviu de alibi para derrotar a esquerda militar. Mas esta libertação foi também uma conquista dos trabalhadores e dos revolucionários, que fizeram uma bandeira da luta pelo fim da prisão dos militares.

Após a saída de Oteló a 4 de Março, o ex-comandante do Copcon foi lançado definitivamente para uma opção de liderança revolucionária.

APROVAÇÃO
DA CONSTITUIÇÃO

A assembleia burguesa acabou por aprovar a constituição, corpo híbrido, susceptível das mais variadas interpretações. Aí se estabelece um sistema económico indefinido, puxado elasticamente desde o C. D. S. até à U. D. P. A Constituição passou a ser a letra escrita a que se agarram gregos e troianos. Pairando acima das classes, a Constituição é a lei que tudo rege. Todos os dias o Poder a afirma e reafirma. Mas, tal como depois do «28 de Maio», os fascistas não terão nenhum pejo em fazer dessa Constituição letra morta, tomando de «emergência» medidas que suprimam alguns artigos da Constituição.

«Para defender a democracia», claro...

ELEIÇÕES
PARA A ASSEMBLEIA
DA REPÚBLICA

As eleições para a Assembleia da República vieram no mesmo estilo do que tinham sido as eleições para a Assembleia Constituinte no ano anterior. Os chamados «grandes partidos» voltaram a gastar rios de dinheiro e os «pequenos» partidos entraram no jogo não aceitando a participação numa frente anti-eleitoral, que lhes foi proposta pelo P. R. P. O P. S. viu confirmada a sua hegemonia, mas o C. D. S. subiu muito em relação às eleições anteriores.

Estas eleições mostraram já, no entanto, um desencanto da população

por eleições (as abstenções foram acentuadas) e um desencanto dos próprios partidos, que (à excepção do C. D. S.) não se empenharam na corrida como um ano antes. O que quer dizer que os próprios militantes foram afectados por uma certa desilusão eleitoral.

AS PRESIDENCIAIS

Esta desilusão eleitoral foi, no entanto, profundamente alterada, com as eleições presidenciais. Pode-se dizer que estas eleições polarizaram o campo político em dois polos — a direita e a esquerda — à volta das figuras de Eanes e de Oteló, ultrapassando em muito o condicionalismo eleitoral.

O reaparecer da figura de Oteló à volta de Bases Programáticas revolucionárias foi um fenómeno que decerto não encontra paralelo nas eleições em regime burguês. Só em situação de instabilidade e de precipitação dos acontecimentos como acontece em Portugal, só em situação de crise profunda, económica, política e social, é possível dentro do quadro duma engranagem eleitoral burguesa, que um candidato revolucionário reúna à sua volta um tal movimento e uma tal força.

Oteló não foi o candidato da esquerda revolucionária e muito menos um candidato de uma soma de partidos ditos revolucionários. Oteló não foi o candidato dos G. D. U. P.'s, porque eles próprios nunca souberam torná-lo seu candidato.

Oteló foi o candidato do 25 de Abril, renascido após seis meses de fascistização. Foi a esperança de milhares e milhares de trabalhadores. Foi a consciência de que é necessário optar pela Revolução enquanto é tempo. Foi a ideia da Unidade e do Socialismo de Base.

Votar em Oteló foi para quase um milhão de pessoas votar na opção revolucionária, votar no socialismo realmente, votar na luta radical, contra a burguesia. Que essa percentagem de votantes (que não são todos nem activistas nem tão pouco proletários de fábrica ou de campo) o tenha sido apesar da engranagem eleitoral burguesa, é realmente um fenómeno que só esta situação objectiva pode explicar. Quando e em que parte — do mundo, no quadro de eleições burguesas, 17 por cento do eleitorado vota na Revolução?

O movimento que se gerou à volta desta candidatura, as suas bases programáticas, e o rasto que deixou como opção política, foi decerto o acontecimento mais importante do ano.

É a ele, com todas as implicações, que comporta, que deve fazer referência a alternativa revolucionária.

No quadro desta campanha eleitoral a candidatura do Pinheiro de Azevedo apresentou-se como uma grande surpresa (dado o passado recente do almirante) e revestiu-se de um carácter antifascista, que representou (especialmente no Norte do País) uma rejeição da figura de Eanes por parte daqueles que, no entanto, ainda não optaram pela revolução.

A candidatura de Pato foi a candidatura da divisão, foi a candidatura anti-Oteló, foi a candidatura de conciliação e de negociação com Eanes, destinada a dividir os votos da esquerda, e a não permitir uma maior votação em Oteló. Foi a candidatura anti-revolução, que grande parte dos militantes do P. C. rejeitaram. O que significa que esses militantes estão disponíveis para a Revolução.

liação e de negociação com Eanes, destinada a dividir os votos da esquerda, e a não permitir uma maior votação em Oteló. Foi a candidatura anti-revolução, que grande parte dos militantes do P. C. rejeitaram. O que significa que esses militantes estão disponíveis para a Revolução.

O GOVERNO PS

A inevitável e constitucional tomada de posse do Governo P. S. veio iniciar uma nova fase, a da governação por partido único, considerada por todos, à direita e à esquerda, como Governo charneira, governo de transição.

Dada a crise económica, este Governo nunca pôde mostrar, desde o início uma sorridente face social-democrata. Foi obrigado desde o princípio a manter posições de direita que se foram e que se vão acentuando.

Governo e projecto (sociais democratas) bizarros para um país cuja economia requer soluções radicais.

Este Governo não teve, no entanto, homogeneidade desde o início, e o apoio dos E. U. A. teve o seu preço — o saneamento da ala esquerda do Governo.

LOPES CARDOSO
E A REFORMA
AGRÁRIA

Esta ala esquerda era constituída por Lopes Cardoso, ministro disposto a bater-se pelas conquistas dos trabalhadores. Embora fosse ele quem assinou o decreto de entrega de reservas aos latifundiários, é bom não esquecer que esse decreto previa negociações entre os ocupantes e os antigos donos, estabelecendo prioridades para os ocupantes. É portanto contrário ao espírito do decreto toda a desocupa-

ção violenta de terras, tal como ocorreu nas zonas de Beja e Évora.

Lopes Cardoso tornou-se assim num símbolo dentro do P. S. — o da alternativa de esquerda para os «socialistas». E tornou-se um símbolo dentro do Governo — o duma contradição interna que era necessário banir. Usando de uma tática cuidadosa, Lopes Cardoso retirou-se antes de ter de travar uma guerra na qual ficaria nesse momento isolado.

Tornado uns dos inimigos públicos nº 1 para toda a direita, satirizado pela Imprensa, fascista, odiado pela CAP, Lopes Cardoso viu culminar essa onda de ódio, com a colocação duma potente bomba em sua casa.

Por todas estas circunstâncias Lopes Cardoso e aqueles que com ele se identificam são decerto parte integrante duma larga frente antifascista que o momento impõe e que terá de existir como alternativa para o futuro.

A Reforma Agrária de Lopes Cardoso era no entanto, ainda uma Reforma Agrária de conciliação, que outra coisa não poderia ser, enquadrada num plano geral de indefinição económica e política. Não basta fazer ilhas socialistas no Alentejo, é necessário que toda a cadeia seja socialista antes da produção na terra e depois da produção. É necessário que as máquinas agrícolas e os adubos obedeçam a um plano, é necessário que a venda de produtos entrem num mercado interno e externo sejam de planificação socialista e não teias de aranha da corrupção e da concorrência. É necessário que os trabalhadores das unidades colectivas participem no Poder de Estado. É necessário fazer cooperativas por todo o País o Centro e Norte do País.

A Reforma Agrária será uma medida da burguesia se for feita sem Revolução Socialista. Por isso é bom que se projecte a Revolução Agrária.



Lopes Cardoso símbolo de uma contradição interna no PS que era preciso banir

1976

Ano de Definição dos Campos Políticos

1976



O MUP foi a alternativa falhada de 1976. O desvio do projecto culminou no Congresso

Continuação da pág. 11

complicidades que a rede bombista envolve e que estão longe de serem postas totalmente a descoberto.

CONGRESSO DOS PARTIDOS

Este ano foi um ano de congressos de partidos, da esquerda à direita — U. D. P., M. E. S., P. C., P. S., P. P. D. e C. D. S.

A autocrítica que surgiu no Congresso do M. E. S. não foi a crítica que consideraríamos necessária, isto é, aquela que aprofundasse as razões da oscilante política de unidade desse partido, que depois do 25 de Abril tem ido desde «satélite» do P. C. até a uma colagem à U. D. P., sem que nunca sejam analisadas para o público as razões dessas tão grandes viragens. A conciliação entre correntes divergentes no seu interior na tentativa de evitar novas cisões tem levado este partido a um não aprofundamento da situação, que lhe seria possível se não conciliasse.

A U. D. P. comprime o seu Congresso, tal como o P. C. — religiosamente como partidos estalinistas. As divergências passam-se nos bastidores. O P. C. não fez, no entanto, a acentuada viragem à direita que se esperava, o que tem decerto a ver com possibilidades de uma alternativa antifascista que aliás aparece no congresso como apelo, como sempre abstracto e indefinido, à «unidade com o M. F. A.».

Enquanto que os Congressos do P. P. D. e do C. D. S. são congressos de reafirmação de uma política já consagrada (embora tanto um como outro mantendo uma fachada «democrática»), o Congresso do P. S., partido do Governo, é exactamente aquele onde se reflectem as contradições do momento actual. Ai surgem as alas esquerda e direita desse partido, aliás com expressão numérica e eleitoral

interna. Ai surge a tática reservada de Lopes Cardoso. Na sequência deste congresso o da Juventude Socialista vem extremar mais (a idade é mais propícia...) os dois campos do P. S., dois campos que constantemente o separam em duas partes.

ELEIÇÕES PARA AS AUTARQUIAS

As eleições para as autarquias vieram mostrar uma forte percentagem de abstenções, significativa de que grande parte de trabalhadores deixou de considerar o voto como um caminho para a resolução dos seus problemas. Na realidade as sucessivas eleições em nada alteraram a vida dos trabalhadores e a situação económica foi seguindo o seu curso.

Apesar de tudo, é considerável que uma percentagem importante do eleitorado se pronuncie com um voto de esquerda, pois que votar «socialista» é uma coisa bem diferente de ser dirigente do PS. Para quem vota «socialista», está mesmo a escolher o socialismo, o que é notável para uma população que tem participado em tantas adulterações do que é o socialismo e que está sujeita a tantas pressões. E o CDS não foi a alternativa viável, mesmo para a população que está mais às cegas.

PROJECTO E PLANO DE ORÇAMENTO

A aprovação do Projecto e do Plano, embora passando depois dum complicado jogo parlamentar, veio adiar o golpe fascista, que podia ter lugar no caso duma crise governamental provocada pela rejeição desse documento. O PS ficou nas mãos do PC e do CDS, fazendo as suas concessões à esquerda e à direita e adiando

para Abril, aquando da discussão do Plano para 4 anos, um jogo mais decisivo e opções mais claras.

Aquilo que este projecto e este Plano não tem sabemos nós — não tem nem Revolução nem socialismo. E constitui um forte compromisso com os EUA, cujo empréstimo vem posteriormente à discussão na Assembleia. O «Pai Natal» americano traz um papel venenoso a embulhar os presentes — interferirá em todas as decisões sobre esse dinheiro. E este País estará mais enfeudado aos EUA do que nunca foi, porque o fascismo de Salazar foi rural e o de Caetano dividiu as dependências pelos vários países do Imperialismo.

O MUP

O MUP foi a alternativa falhada de 1976. O desvio do projecto contido na campanha da candidatura, culminou num Congresso falhado e numas eleições para as autarquias onde os GDUP foram os grandes vencedores. Mas aquilo que foi vencido nessas eleições não foi o projecto do MUP, e muito menos a figura de Otelo. Aquilo que foi vencido foi já qualquer coisa que se identifica com a UDP e que em nada corresponde ao projecto inicial.

Mantem-se a possibilidade de um MUP tal como foi projectado pelo PRP, embrião dum novo tipo de partido, constituído por várias partes — organismos unitários revolucionários, organismos populares de base, partidos e militares revolucionários.

AS GRANDES LUTAS DE TRABALHADORES

As grandes lutas de trabalhadores que se desenrolaram em 1976 localizaram-se sobretudo nos sectores onde os salários são mais baixos e portanto onde mais se fez sentir o aumento do custo de vida. Destacou-se entre elas as dos têxteis e as da construção civil,

sendo notáveis que muitas das lutas dos têxteis se desenrolem no Norte do País, em zonas como Braga, onde é pequena a politização e grande a influência dos meios reaccionários.

Também as lutas do campo não se reduziram às dos trabalhadores alentejanos. Uma luta diferente é travada pelos rendeiros do Norte, mas o seu significado pode ser igualmente importante.

Mas lutas houve-as por toda a parte e não só nestes sectores, durante este ano de 1976, mostrando que os trabalhadores não se deixaram abafar pelo golpe do 25 de Novembro.

A AMPLA FRENTE ANTIFASCISTA

Ao longo do ano de 1976 o sentido da situação foi definindo a existência duma larga frente anti-fascista, a qual existe por defesa contra o avanço do fascismo.

Os «Nove» que foram líderes ou cabeças de cartaz do golpe de 25 de Novembro, cedo começaram a sentir que o avanço da direita não ficava por ali e que eles seriam as próximas vítimas.

Por outro lado, as prisões de militares revolucionários e de Otelo, o regresso de fascistas a postos de comando, levou para posições anti-fascistas muitos militares que até aí se mostravam indiferentes ou que tinham mesmo apoiado o «25 de Novembro».

A par deste sector militar surgem sectores doutros quadrantes que integram esta frente concebida deste modo. É assim com a ala esquerda do PS. É assim com sectores da pequena burguesia, como os professores e os funcionários públicos, que se vêem atingidos pela política do governo.

Esta frente não tem expressão orgânica. Mas é já uma realidade política e social e foi o avanço do fascismo que a motivou.



As grandes lutas localizaram-se sobretudo nos sectores onde os salários são mais baixos

AS LUTAS DE 1976

JANEIRO JANEIRO JANEIRO JANEIRO JANEIRO JANEIRO JANEIRO

CTT

Os trabalhadores dos CTT, cumprindo as determinações dos seus dirigentes sindicais, paralizam como forma de luta pelo horário de 40 horas semanais. Os trabalhadores desta empresa formaram piquetes para garantir a paralisação do trabalho por parte de todos os colegas. Aderiram à greve 80 por cento dos trabalhadores de Lisboa e Porto e 60 por cento no resto do país, num total de 22 mil trabalhadores.

MARINHA MERCANTE

Terminou a greve das horas extraordinárias naquele sector que levava à paralisação de 40 navios no Porto de Lisboa. Esta greve saldou-se com a vitória dos trabalhadores que, além de conseguirem a imediata entrada em vigor do CCT, conseguiram também a demissão do Secretário de Estado da Marinha Mercante.

FÁBRICA DE LOIÇAS DE SACAVÉM

Os 62 trabalhadores dos escri-

tórios da fábrica de loiças de Sacavém regressaram ao trabalho, após terem sido aprovadas pela Administração as suas reivindicações salariais.

CORTICEIROS DA LOUROSA

Mantém-se em greve cerca de 80 por cento dos trabalhadores desta fábrica, como forma de repúdio pela suspensão de vários delegados sindicais.

GELMAR

As mulheres trabalhadoras desta empresa no Algarve organizam-se e impedem pela força a entrada dos novos administradores nomeados (conhecidos membros do PS).

BEJA

Os trabalhadores e moradores de Beja organizaram-se em Tribunal Popular nas escadarias do edifício do Tribunal, na sequência de uma tentati-

va de despejo de um operário e sua família, ordenado pelo juiz. O Tribunal Popular considerou Joaquina da Silveira (que moveu a acção) e o tribunal burguês, na pessoa do Juiz, culpados de crime, por tentativa de roubar a habitação a um operário, sendo portanto considerados «inimigos do povo de Beja».

Mais ainda, o Tribunal Popular de Beja consciente de que as suas decisões e a Justiça Popular só poderão ser inteiramente aplicadas quando for derrubado o capitalismo e o Poder estiver nas mãos dos trabalhadores, apelou a todo o povo trabalhador de Portugal a unir-se para esmagar de vez o fascismo, acabar com o capitalismo e toda a exploração.

LATOARIA MECÂNICA ORIENTAL

Cerca de 60 operários desta empresa em Lisboa entraram em greve no dia 23 em virtude do não pagamento dos salários de Novembro, Dezembro e Janeiro e do subsídio de Natal.

CÂMARA MUNICIPAL DE CASCAIS

Um elemento da ex-ANP infiltrado na Comissão de Trabalhadores consegue provocar uma greve por parte dos trabalhadores da Câmara contra a actividade da Comissão Administrativa que integrava elementos antifascistas. Os trabalhadores ao aperceberem-se que a CT não estava servindo os seus interesses resolveram acabar com a greve que entretanto fora apoiada pelo PPD.

BRAGA

Alguns milhares de pessoas ocorreram no dia 24 à manifestação, promovida pelas direcções de diversos sindicatos das zonas de Braga, Guimarães e Barcelos constituídas em Comissão de Luta, e à qual aderiram Comissões de Moradores e Trabalhadores. Os objectivos da manifestação eram impedir a substituição do delegado do Ministério do Trabalho e protestar contra o aumento do custo de vida.

FEVEREIRO FEVEREIRO FEVEREIRO FEVEREIRO FEVEREIRO FEVEREIRO

DIÁRIO DO SUL

Os elementos do serviço de administração deste jornal que antes dc 28 de Setembro apoiava Spínola, escrevem uma carta a pedir o regresso do ex-director, mudam a fechadura às instalações e dizem ir entregar a chave ao Conselho da Revolução. Perante isto, os trabalhadores resolvem recupear aquelas instalações. A burguesia tentou, desta forma e mais uma vez, recuperar um órgão de informação

que desde 13 de Março, data em que as instalações foram pela primeira vez ocupadas pelos trabalhadores, procurava defender os interesses destes.

MEALHEIRO DO LAR

Estes supermercados foram selados por ordem do Ministério do Trabalho que exigira o regresso do patrão, ao que os trabalhadores não acederam. Estes formaram em Maio a CODIPROAL — Cooperativa distribuidora de

Produtos Alimentares depois de expulsarem o patronato acusado de má administração e não cumprimento do CCT.

SODA PÓVOA

Os trabalhadores da Soda Póvoa em luta pelo pagamento do mês de gratificação referente ao ano de 1975, paralisaram a saída de produtos da empresa.

FACAR

Tentativa de regresso dos patrões, António e Fernando Carvalho, à empresa, situada em Leça da Palmeira e detentora do monopólio da fabricação de tubos em Portugal, através da apresentação dum abaixo assinado com 700 assinaturas dos 970 trabalhadores da empresa. No entanto, no dia seguinte, em votação secreta, o ingresso dos patrões seria rejeitado por 449 votos contra e 222 a favor.

MARÇO MARÇO MARÇO MARÇO MARÇO MARÇO

FIRESTONE

O administrador americano é retido nas instalações da empresa em Alcochete, depois de se ter recusado a dialogar com os trabalhadores, devido a não querer dar qualquer esclarecimento à cerca do pagamento dos rec-

troactivos.

TOMÉ FETEIRA

Os 624 trabalhadores entram em greve com ocupação, devido à falta de pagamento de salários. A 11 de Março cerca de 500 trabalhadores

deslocam-se até Lisboa e manifestam-se diante do Ministério do Trabalho onde tornam a referir que a empresa não tem o deficit de 600 contos, como invoca, mas sim um saldo positivo de 1500 contos.

Apesar da intervenção repressiva da GNR, os trabalhadores consegui-

ram vencer a luta.

AJUDANTES DE FARMÁCIA

Os ajudantes de farmácia fazem um dia de greve para levar os patrões a iniciar a discussão do Contrato Colectivo de Trabalho.

ABRIL ABRIL ABRIL ABRIL ABRIL ABRIL ABRIL ABRIL ABRIL

CERVEJAS

Prossegue a greve dos trabalhadores das distribuidoras de cerveja em luta há mais de um ano e em paralisação desde o dia de Março. A luta tem em vista a nacionalização das distribuidoras à semelhança do que aconteceu com a Sociedade Central das cervejas cujos produtos são escoados por aquelas empresas.

ria do Contrato Colectivo de Trabalho dos metalúrgicos.

TIMEX

Sem possibilidades de continuar a defender as suas reivindicações, os trabalhadores cederam à decisão dos órgãos de poder. Até 30 de Julho só haverá trabalho três dias por semana e os salários serão reduzidos proporcionalmente. Este acordo não oferece quaisquer garantias aos trabalhadores pois, nos últimos meses, a administração tem modificado quase diariamente as suas posições.

FRANCE PRESS

GENERAL MOTORS

Os trabalhadores da General Motors recomeçaram a greve de zelo interrompida uma semana antes para negociar com o patronato que chegara a encerrar o refeitório da empresa. Os trabalhadores exigem do patronato a aplicação a toda a empresa da porta-

Os trabalhadores da delegação lisboeta da agência France Press iniciaram uma greve de zelo em apoio das suas reivindicações salariais.

SECTOR ELÉCTRICO

Trabalhadores de cinco empresas do sector eléctrico (Nacional Rádio, Neolux, Standard Eléctrica, Fábrica Livex e Sutosil) exigem a revogação da lei dos despedimentos, classificada como antioperária, visando a recuperação capitalista e feita nas costas dos trabalhadores.

EX-MILITARES DESEMPREGADOS

Algumas centenas de ex-militares desempregados do Distrito do Porto reuniram-se em plenário e debateram o problema que os envolve.

«BEIRA»

Uma resolução superior, ao que

se sabe do próprio Conselho da Revolução, comunicada ao Capitão do porto de Leixões determina a existência de duas messes a bordo do navio «Beira» sendo uma para os oficiais e outra para a restante tripulação.

Os tripulantes que tinham decidido estabelecer uma messe única, com que não concordam os oficiais, provocaram a paralisação do navio. (Só 4 dos navios da CNN têm duas messes, os restantes 22 têm messe única).

CORTUMES

Greve parcial dos trabalhadores da indústria de cortumes como forma de luta contra o congelamento do Contrato Colectivo de Trabalho e por melhores condições de vida.

dos trabalhadores

MAIO MAIO MAIO MAIO MAIO MAIO MAIO MAIO MAIO MAIO

1.º DE MAIO

Por todo o país se realizaram manifestações e festejos assinalando o dia mundial dos trabalhadores.

OPERÁRIOS CERÁMICOS DE COIMBRA

Devido ao impasse verificado nas negociações para o Contrato Colectivo de Trabalho, o Sindicato dos Trabalhadores da Indústria Cerâmica inicia uma greve progressiva a partir do dia 10, até que aquelas negociações tomem o desejado andamento.

CHAPELEIROS (S. JOÃO DA MADEIRA)

Há cerca de um mês em greve,

lutando por um aumento de salários equivalente a mil escudos (20 a 25 por cento do que hoje ganham), os chapeleiros de S. João da Madeira realizaram uma manifestação convocada pelo respectivo sindicato e na qual participaram milhares de trabalhadores.

RAMO AUTOMÓVEL

Os trabalhadores deste ramo paralizaram como forma de luta contra a recusa das entidades patronais de continuarem as negociações do Contrato Colectivo de Trabalho que será o primeiro para a classe, depois do 25 de Abril de 74.

VITÓRIA NA TOMÉ FETEIRA

Depois de uma paralização de dois

meses que terminou com a intervenção da GNR, a luta saldou-se com o afastamento do administrador Tomé Feteira (detentor de 50 por cento do capital da empresa), ficando a empresa de fabricação de limas sujeita a intervenção estatal. Os salários estão já a ser pagos de acordo com a portaria de Maio de 1975, o que a CT considera uma vitória, apesar dos dias de greve não terem sido pagos aos trabalhadores.

COMÉRCIO — SETÚBAL

A greve dos caixeiros neste distrito motivou o encerramento da maioria dos estabelecimentos comerciais. O patronato pretendia dar ao CCT um

GREVE DOS MADEIREIROS

Greve desencadeada como forma de protesto contra a recusa do patronato em conceder 30 dias de férias com subsídio de 100 por cento.

COMÉRCIO DO PORTO

Greve geral do comércio retalhista desta cidade, procurando pressionar o patronato para negociar o contrato colectivo.

JUNHO JUNHO JUNHO JUNHO JUNHO JUNHO JUNHO JUNHO JUNHO JUNHO

UNIVERSIDADE DE COIMBRA

Em todas as faculdades e institutos da Universidade de Coimbra continua a paralização de protesto contra a prisão há já dois meses e sem admissão de caução do estudante antifascista Fausto Cruz, acusado de ser portador de uma navalha durante um comício do CDS.

DUARTE FERREIRA

Os operários desta fábrica de limas, paralizados devido à falta de matérias-primas (nomeadamente aços), há três meses que não recebem qualquer salários. O Ministério da In-

dústria prometera uma solução definitiva, mas até ao momento nada tinha sido decidido. Trata-se de uma empresa com possibilidades já que exporta toda a produção. Muito perto dali na fábrica Tomé Feteira, também de limas, o Estado interveio, solucionando o problema.

PADEIROS DO PORTO

Estes trabalhadores que reivindicam aumentos de salários tendentes a reduzir os leques salariais férias de 30 dias extensivos a toda a classe e subsídios de doença e reforma, consideram a distribuição gratuita do pão

uma das primeiras formas de luta a adoptar.

A greve (impopular) seria uma das últimas forma de adoptar no caso da entidade patronal se manifestar pela recusa sistemática das negociações.

SERVIÇO METEOROLÓGICO

Os trabalhadores do Serviço Meteorológico Nacional entraram em greve devido à alteração introduzida na Direcção da Função Pública ao projecto de lei orgânica anteriormente aprovada pela Secretaria de Estado dos Transportes e Comunicações e pelos trabalhadores.

OURIVES DO NORTE

Os trabalhadores ourives filiados no Sindicato do Norte entraram em greve de zelo, numa tentativa de levar o patronato à mesa de negociações, para assinatura de novo contrato.

INSTRUTORES DE CONDUÇÃO

Perante a sistemática ausência da entidade patronal nas negociações do novo Contrato Colectivo os instrutores de condução automóvel fazem greve em Lisboa e noutros distritos do País.

JULHO JULHO JULHO JULHO JULHO JULHO JULHO JULHO JULHO JULHO

SINDICATO DA HOTELARIA

Este sindicato propôs à Intersindical paralizações simultâneas de vários sectores, para obrigar os patrões a negociar os novos Contratos Colectivos de Trabalho.

RAMO AUTOMÓVEL AÇORES

Os trabalhadores do ramo automóvel das ilhas, englobando mecâni-

cos, bate-chapa, pintores, estofadores, serralheiros e alguns torneiros, estão em greve para o ajustamento das tabelas salariais que em algumas empresas não são revistas há três anos.

PAPELEIROS

Mantém-se a greve dos operários papeleiros até que o Ministério emita a portaria que promulga o novo contrato já assinado no Ministério do Trabalho. Esta reivindicação tinha provocado a paralização de 41 fábricas no Porto, em Braga, Viseu e Paço Brandão.

FINANÇAS (ILHA DE S. MIGUEL)

Greve total por motivo de reivindicações salariais e ajustamento do respectivo leque salarial.

MINISTÉRIO DO TRABALHO

Tomás Rosa despediu uma trabalhadora grávida e um delegado sindical do seu Ministério, baseando-se no estatuto fascista de 1943.

JORGE SILVA E FILHO

O patrão abandona a firma de lapi-

dação e pintura de vidro fino semicristal e cristal levando tudo o que pudessem render dinheiro.

Os trabalhadores, apesar da falta de fundo, encomendas e matérias-primas, decidiram formar uma cooperativa e continuar a trabalhar.

SINDICATO DA HOTELARIA

Este sindicato propôs à Intersindical paralizações simultâneas em vários sectores para obrigar os patrões a negociar os novos Contratos Colectivos de trabalho.

AGOSTO AGOSTO AGOSTO AGOSTO AGOSTO AGOSTO AGOSTO AGOSTO

ALDEIA TURÍSTICA DO CERRO GRANDE

Os trabalhadores desta empresa (Albufeira), desencadearam uma greve, apoiada pelo sindicato de Hotelaria de Faro, por regalias sociais e salariais, que se seguiu a paralizações parciais já efectuadas desde meados do mês anterior.

A gerência tentou furar a greve contratando estrangeiros eventualmente na zona, mas não obteve os resultados que desejava

CONSERVEIROS

Conserveiros de todo o País lutam pela aplicação dos acordos estabelecidos no MT, não permitindo a saída das conservas das fábricas. Em apoio desta greve realizaram-se manifestações em várias localidades (principalmente Matosinhos e Portimão) onde se situam as referidas empresas. Esta luta gozou da solidariedade activa de outros sectores do trabalho, sendo de salientar o boicote dos trabalhadores portuários ao embarque de conservas para exportação.

ALVALADE DO SADO

Os trabalhadores rurais desta localidade paralizaram como protesto pelo facto do Ministério do Trabalho se recusar a divulgar o inquérito que levantara a um trabalhador que entretanto tinha sido suspenso.

AJUDANTES DE FARMÁCIA

Estes trabalhadores continuam a lutar pelo CCT, tentando contudo evitar formas de luta que possam prejudicar a população.

PORTO DE LEIXÕES

Os trabalhadores deste porto paralizaram 50 por cento das suas actividades para forçar a aprovação do Contrato Colectivo de Trabalho.

SUSPENSOS DA RTP

34 trabalhadores suspensos e 20 que sofreram tentativas de despedimento depois do 25 de Novembro divulgaram um documento de defesa contra as acusações que a administração da RTP lhes fez, propondo-se continuar a luta pela integração contra esta prepotência da administração

SETEMBRO SETEMBRO SETEMBRO SETEMBRO SETEMBRO SETEMBRO SETEMBRO SETEMBRO

AGFA

A administração desta multinacional decide fazer despedimentos e fechar a fábrica dizendo aos trabalhadores que a empresa não tem condições para poder continuar a trabalhar.

Perante isto a CT imediatamente

desenvolve trabalho no sentido de que os postos de trabalho sejam garantidos.

DESEMPREGO

Segundo estatísticas do INE, 12,5 por cento da população activa está

no desemprego, quando em fins de 1975 o desemprego era de 9,4 por cento.

ALCIDES FERREIRA

Os trabalhadores desta pedreira ocuparam as instalações para pressio-

nar o patronato a pagar os salários atrasados.

FÁBRICA DE PRODUTOS ESTRELA

A grande maioria dos trabalhadores desta fábrica paralizaram o trabalho solidários com um camarada da

dos trabalhadores

CT suspenso. A greve manter-se-á até que este trabalhador seja readmitido sem sofrer qualquer sanção.

SOCOTIL

Os trabalhadores desta empresa estão em luta contra o desemprego, uma vez que o patrão (belga) que abandonou a fábrica há 1 ano quer agora voltar, mas com condições: ga-

nhar 60 contos por mês e dispensar 100 trabalhadores.

RABOR

Trezentos e cinquenta e nove trabalhadores da Rabor em Ovar, aprovaram por unanimidade e aclamação o não ao regresso da empresa para a multinacional ITT.

BRAÇO FORTE

Depois de 3 semanas de greve os trabalhadores da fábrica salsicheira «Braço Forte» conseguiram forçar o patrão a repor os bancos que retirara obrigando-os a trabalhar de pé. Durante a greve houve uma intervenção policial por causa de recontros com a entidade patronal.

PETROGAL

Os trabalhadores insurgem-se contra a decisão do Governo de dar 1000 contos de indemnização a Manuel de Castro, elemento saneado da Comissão Administrativa, por causa das grandes despesas que dava à compa-

OUTUBRO OUTUBRO OUTUBRO OUTUBRO OUTUBRO OUTUBRO

COIMBRA

Efectuou-se em Coimbra uma manifestação de solidariedade para com os 155 trabalhadores despedidos da multinacional AGFA.

O comunicado convocatório afirmava que estes despedimentos se enquadravam no processo de recuperação capitalista, e vinham na sequência das manobras das multinacionais Grundig e Timex.

PANIFICAÇÃO

Iniciou-se uma greve neste sector à escala nacional, embora com muitos boicotes, nomeadamente por parte dos patrões, que mantiveram os fornecimentos de pão em muitos distritos. A decisão de recorrer à greve vem

na sequência de 3 meses de tentativas frustradas de satisfazer o caderno reivindicativo que procura acabar com a exploração e marginalização de que os trabalhadores deste sector são vítimas. Das várias formas de luta utilizadas anteriormente destaca-se a distribuição gratuita do pão.

BARCELOS

O patrão da Niltex — cooperativa formada pelos trabalhadores depois daquele ter abandonado a empresa — invadiu a cooperativa e com a ajuda da GNR mantém os trabalhadores à porta. Entretanto armado de caçadeira já feriu uma jovem que estava à janela de sua casa. As autoridades não parecem muito preocupadas pois continuam a apoiar o patrão.

AVEIRO E COIMBRA

Os trabalhadores da indústria de Calçado, Malas e afins, entraram em greve, exigindo a diminuição do leque salarial que querem que seja igual para homens e mulheres; o subsídio de Natal e uma melhoria salarial.

CELNORTE

Os operários desta fábrica de papel em Viana do Castelo entraram em greve gradual de produção com paralização de uma hora diária, para obrigar o patronato a cumprir o «Regulamento Contratual Interno». Exigem ainda o horário de 40 horas semanais.

MINAS DA PANASQUEIRA

Depois de graves incidentes ra-

ciais que causaram vários feridos, os trabalhadores cabo-verdianos são transferidos para St.ª Margarida, onde permanecem e são visitados pelo ministro dos Negócios Estrangeiros de Cabo Verde, enquanto esperam saber se são ou não reintegrados nos seus postos de trabalho.

COMÉRCIO

No Porto o comércio grossista faz greve.

CORTICEIRA DE FIÃES

Greve com a duração de quase um mês, devido ao não pagamento do subsídio de férias.

NOVEMBRO NOVEMBRO NOVEMBRO NOVEMBRO NOVEMBRO

PENSIONISTAS

Em conferência de Imprensa realizada pela União dos Pensionistas da Previdência e Segurança Social, o presidente da Comissão Directiva critica o congelamento das pensões de reforma e sobrevivência superiores a 1.200 escudos, numa altura em que se deu uma elevada subida de preços dos géneros alimentares.

Por outro lado reivindicam a fixação das pensões mínimas de invalidez e velhice do regime geral da Previdência em 4.000 escudos.

LEIRIA

Dois delegados sindicais da União dos Sindicatos em exercício de funções na Comissão Administrativa da Caixa de Previdência do distrito

de Leiria foram suspensos pelo ministro de Assuntos Sociais. Nos meios sindicais esta decisão é considerada como de represália por a União se ter vindo a bater contra o despacho do secretário de Estado da Segurança Social que impediu a tomada de posse de dois delegados sindicais.

TLP

Cumprindo o programa de luta estabelecido (contra a integração da Caixa de Previdência dos TLP na Caixa Nacional de Pensões) houve uma paralização progressiva do trabalho.

MULTINACIONAL SIEMENS

Esta empresa, que em Portugal é constituída pela Electrónica, Motra e Indelma propôs através de um comuni-

cado interno o despedimento de 418 trabalhadores como forma de evitar a falência técnica.

13.º MÊS EM TÍTULOS

A Comissão Coordenadora de Intercomissões de Trabalhadores do Grupo CUF repudia a decisão do Governo relativamente ao pagamento parcial do 13.º mês em títulos do tesouro, que contrasta com as elevadas indemnizações aos grandes capitalistas monopolistas e latifundiários. Assim diminui ainda mais o poder de compra dos trabalhadores, já sistematicamente reduzidos através do aumento constante dos transportes públicos e dos bens essenciais.

MULTINACIONAL SIGNETICS

A multinacional Signetics pretende

lançar 250 trabalhadores no desemprego, o que motivou uma conferência de Imprensa por parte da Comissão Negociadora do CCT dos fabricantes de material eléctrico e da Comissão de Trabalhadores da referida empresa.

LISBOA, COIMBRA E PORTO

Realizaram-se concentrações em Lisboa, Coimbra e Porto, aonde ocorreram muitas dezenas de milhares de trabalhadores, repudiando a legislação laboral do Governo PS, no que se refere, nomeadamente, ao congelamento da contratação colectiva, do 13.º mês em títulos do tesouro, à restrição à liberdade de reunião, e à nova orientação imprimida à Reforma Agrária.

DEZEMBRO DEZEMBRO DEZEMBRO DEZEMBRO DEZEMBRO DEZEMBRO

ELECTRICISTAS — AEROPORTOS

Os electricistas dos aeroportos fizeram uma greve de zelo (recusa em fazer horas extraordinárias e diminuição da produtividade), para obrigar os patrões (Direcção Geral da Aeronáutica Civil) a assinar os Estatutos que os regem.

ELECTRICISTAS

Os electricistas paralizaram durante uma hora como forma de pressão sobre os patrões para que seja negociado o CCT e as cláusulas da tabela salarial.

CTT

Os trabalhadores dos CTT fizeram uma paralização no dia 14, que durou 24 horas e que tinha como objectivo a luta pela publicação do CCT.

E.I.P.

Os trabalhadores da E.I.P. concentraram-se junto à sede da empresa, com o fim de exigirem o pagamento dos salários em atraso.

REFORMADOS

Os reformados da zona Centro, realizaram um encontro em Coimbra para discussão dos seus problemas, nomeadamente a luta pelo aumento das pensões de reforma.

CONSERVEIRAS

Os conserveiros paralizaram em diversas zonas do País nomeadamente em Peniche e Matosinhos. A paralização foi motivada pela recusa dos patrões em aceitar uma portaria do Ministério do Trabalho. A recusa reside principalmente no pagamento por inteiro do 13.º Mês como estava previsto.

RODOVIÁRIOS

Os rodoviários desencadearam uma greve de mala — utilização gratuita dos transportes públicos pelos passageiros — como forma de protesto pelo impasse verificado na negociação do CCT.

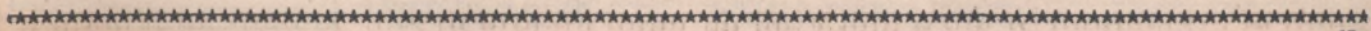
AGÊNCIAS DE VIAGENS

Os trabalhadores das agências de viagens fizeram uma greve, que tinha por fim pressionar a ENATUR (empresa estatizada) a terminar as negociações do CCT e alargar o contrato colectivo às empresas privadas.

Depois de uma interrupção da greve os trabalhadores conseguiram alcançar os seus objectivos, não tendo portanto sido necessário recorrer a uma nova paralização.

BANCÁRIOS

Os trabalhadores bancários paralizaram o trabalho devido a um decreto-lei emanado do Ministério do Trabalho que, sob a capa de nivelamento de salários, se propunha aumentar em algumas dezenas de contos os salários já agora mais elevados.



dos trabalhadores

TLP

A célula do PRP nos TLP elaborou um comunicado do qual destacamos a análise feita sobre a situação actual da luta na empresa e a alternativa dada:

(...) Camaradas, se as condições políticas, antes do 25 de Novembro de 75 eram mais favoráveis às nossas reivindicações, elas foram profundamente abaladas devido ao golpe militar liderado por Ramalho Eanes, que tem vindo a ser apoiado pela CT dos TLP.

Levantamos esta questão, porque pensamos que é altura de vigiarmos mais atentamente o modo de actuar da CT que com a nossa greve veio mostrar as suas contradições e a sua falta de direcção para uma luta importante como é a defesa e o controlo da Previdência pelos Trabalhadores.

Senão vejamos:

— As formas de luta propostas pela CT no plenário de 4/11/76 no Pavilhão dos Desportos que apontavam para a paralisação progressiva.

— A falta de discussão do Plano de Luta em plenário levou os trabalha-

dores facilmente à desmobilização.

Além da não aderência de um significativo número de trabalhadores, uns mal esclarecidos, outros porque a sua linha reformista os levava a não cumprir as decisões dos plenários, mas a defender os seus interesses partidários, outros porque não consideram a CT representativa dos interesses dos trabalhadores.

Só depois de pressionada pelos locais de trabalho e pelos grupos de apoio é que a CT resolveu convocar um plenário geral em 19/11/76 na Av. de Ceuta, onde a CT toma conta dos «acontecimentos» e apresenta, lê e defende a sua proposta antes desta e outras propostas serem admitidas à discussão.

Entretanto a CT diz que já não importa nesse momento estar em greve pela revogação do Decreto-Lei 784/75, mas sim negociar junto do MAS, com o compromisso do Ministério dos

Transportes e Comunicações, a proposta aí aprovada e que era o ofício elaborado pela CT, delegados sindicais, e Comissão Administrativa da Caixa dos TLP.

Camaradas, então a CT leva-nos para a greve por determinada causa (a revogação do Decreto) sem suficiente mobilização e, passados três dias diz o contrário — que é preciso ir a correr para o Ministério negociar o ofício enviado ao MAS pela C. Adm. da Caixa em 11/11/76, portanto cinco dias antes da greve. Como é isto? Se é certo que lutar pela revogação do Decreto até à última gota, é uma medida de carácter revolucionário, também é certo que avançar para um processo destes sem uma organização e a união coesa e sem sentido de coordenação só dá trunfos ao inimigo e pode ter um cariz contra-revolucionário.

Como alternativa a este estado de coisas propomos a realização de um grande plenário antecedido de uma forte mobilização, onde todo o processo seja discutido e avançar decididamente para a luta sem medo nem atropelos.

AC — VITÓRIA PARCIAL MAS A LUTA CONTINUA

O Secretariado do Conselho Provisório dos Trabalhadores da A. C.

trabalhos de arquitectura e construção SARK, decidiu, depois de feito o balanço da situação na empresa, cancelar a concentração inicialmente marcada para o dia 4 de Janeiro em S. Bento.

Na verdade, parte das reivindicações dos trabalhadores foram satisfeitas: foram pagos os salários correspondentes aos meses de Novembro e Dezembro e o subsídio relativo ao ano de 1975.

A decisão de realizar a concentração tinha sido aprovada por unanimidade no plenário de delegados dos trabalhadores da empresa, realizado no dia 25 de Dezembro e no qual foi elaborada uma proposta de luta que previa:

«A — Exigir ao Governo até ao dia 31 de Dezembro a resolução dos nossos problemas, pagamento de salários e garantias de emprego.

B — Pedir a solidariedade e apoio de todos os trabalhadores, em especial dos trabalhadores da J. Pimenta, MESSA, etc., que se encontrem em situação mais ou menos idêntica à nossa.

C — No caso de não cumprimento do ponto A, concentrarmo-nos no dia 4 de Janeiro pelas 15 horas junto ao Palácio de S. Bento em Lisboa ordeira e pacificamente até à satisfação dos nossos direitos.

D — Que a proposta de luta seja votada secretamente e enviados os resultados até 31 de Dezembro para o Secretariado em Lisboa».

A proposta foi acompanhada de uma carta-aviso ao Governo em que se denuncia a sua hipocrisia ao atribuir a crise da empresa aos trabalhadores.

«Quem é responsável por que a nossa empresa fosse organizada para não construir mas para explorar o povo português através do cancro que foi a Torralta?

Quem é responsável por durante dois anos não serem pagos os débitos da Torralta à A.C., que ainda neste momento orçam os 400.000 contos, e

dos quais a empresa por muito estranho que pareça, tem ainda que suportar os encargos bancários?

Quem é responsável porque esta situação se mantenha durante este

tempo todo sem apontarem solução alguma (...)?

Quem é finalmente responsável por adiar sucessivamente a reconversão da empresa sobre a qual desde Janeiro de 1976 foi apresentado projecto de reestruturação?

Os trabalhadores da A.C. continuam neste momento pela resolução das questões de fundo da empresa, principalmente pela aprovação do projecto de reconversão apresentado à cerca de um ano e pelo pagamento de um aval no montante de 70.000 contos, o qual permitirá uma situação económica mais desafogada.

ALENTEJO

Continuação da pág. 6

LOPES CARDOSO

O afastamento de Lopes Cardoso corresponde dentro do capitalismo a um avanço das forças reacçãoárias. As medidas tomadas por Lopes Cardoso já eram de molde a beneficiar o capitalismo; no entanto ainda não agradavam totalmente à reacção. Pois, se bem que Lopes Cardoso subscrisse o decreto lei que permite as desocupações, a entrega de terras a rendeiros e proprietários, também se empenhava na expropriação de terras com mais de 50.000 pontos e punha isso como condição para avançar o processo da zona da Reforma Agrária. Como tal não agradasse à reacção, foi obrigado, por imposição da CAP, a promover o seu afastamento.

Para os trabalhadores, o afastamento de Lopes Cardoso não é propriamente uma «desgraça» é a clarificação do processo de recuperação capitalista, dos moldes em que esse processo se vai fazer. Lopes Cardoso não agradava aos trabalhadores na sua maioria, mas como se colocava num terreno moveidinho, entre os interesses capitalistas — fascistas, e os interesses dos trabalhadores, enterrou-se.

A TÁCTICA DA CAP

A CAP começou por tentar no Alentejo uma intervenção aberta, frontal, mas que suscitou imediatamente uma contrapartida que foi a resposta organizada dos trabalhadores. Quando a CAP tenta intervir na zona de Portalegre, há como resposta uma grande mobilização de trabalhadores rurais com participação dos sindicatos e ate do PCP. E a CAP mudou de tática.

Neste momento, não intervem frontalmente, mas sim a nível das estruturas e superestruturas — a nível governamental com o ministro Barreto e a nível dos Centros de Reforma Agrária, concertando isto com o apoio que está a dar aos latifundiários que vão sendo integrados no Alentejo. É aí que a CAP actua, contando com a protecção da GNR. Conta com o governo, conta com o IRA e conta depois, para cumprimento disso, com a GNR.

A CAP não tem pois necessidade de intervir abertamente expondo-se no Alentejo, e cria uma forma de acção que lhes permite estar em suas casas enquanto os outros estão a trabalhar para eles, nomeadamente a GNR, com possível extensão às forças militares especiais de intervenção — Comandos, Fuzileiros e Paraquedistas.

Luta dos Trabalhadores

JOSÉ ESTEVES FADEIRO — COVILHÃ

Entraram em paralisação a partir do dia 16 de Dezembro os 150 operários da fábrica têxtil, José Esteves Fadeiro da Covilhã. O motivo é o não pagamento quer do salário do mês de Novembro, quer do subsídio de Natal. A decisão foi tomada em plenário da empresa e os trabalhadores, num comunicado datado de 28 de Dezembro, afirmam-se decididos a continuar a luta até que as suas reivindicações sejam satisfeitas.

REFORMADOS

O Secretariado Nacional para o Movimento Nacional dos Reformados promove no próximo dia 8 uma jornada nacional de luta «contra as reformas de miséria, os aumentos de fome e por uma maior justiça social». A jornada será preenchida por uma série de plenários.

FACAR

Retomou as suas funções no dia 3 de Janeiro a comissão administrativa desta empresa, de Leça da Palmeira, cujo mandato foi prorrogado pelo Conselho de Ministros do dia 30 de Dezembro, mantendo-se assim a intervenção do Estado naquela empresa, e contrariando as esperanças dos que pretendiam o regresso à empresa dos irmãos Carvalho, contra os quais está pendente uma acusação de burla num valor superior a 20 mil contos.

CONSTRUÇÃO CIVIL

Desde 11 de Outubro do ano passado que Manuel António Gonçalves, pedreiro de uma empresa de construção civil, em Queluz, está despedido por reivindicar a sua qualidade de delegado sindical, os dez dias de subsídio de férias correspondentes aos anos de 1975 e 1976 que ainda não tinham sido pagos aos trabalhadores.

SERVIÇO DOMÉSTICO

O Sindicato deste serviço emitiu um comunicado de repúdio pela discriminação de que foram objecto as suas associadas na recente legislação sobre o direito a férias e faltas dos trabalhadores.

RODOVIÁRIOS

Gorou-se mais uma reunião das negociações do Contrato Colectivo de Trabalho dos rodoviários por os patrões não terem comparecido no dia 31 no Ministério dos Transportes.

BALANÇO MILITAR

Continuação da pág. 7

dido de mostrar na televisão um filme em que se vê um guarda-costas de Ramalho Eanes assassinar um trabalhador alentejano em Évora.

— Rafael Durão — Coronel-comandante dos páraquedistas em 11 de Março é ilibado de culpa. A liberação do 11 de Março é de facto uma realidade após o 25 de Novembro.

— O secretário americano da Defesa visita Portugal — A ligação ao imperialismo americano é às claras.

— A 10 de Junho é rezada missa pelo ex-tenente-coronel Magiolo Gouveia que em Timor desertou do Exército português e passaria a combater na UDT. Na missa organizada pela extrema-direita militar e rezada pelo padre Gamboa alguns dos oficiais estão fardados e com condecoração, entre outros o coronel Rafael Durão, o general Duarte Silva, major Garoupa, major Monge e outros conhecidos direitistas.

— A Associação dos Ex-Militares Desempregados manifesta-se no Porto e requer o estatuto de desempregados para os ex-militares.

JULHO — No início do mês é referenciado o regresso do major Hugo dos Santos adido militar na Romênia e que é visto nos serviços de apoio à candidatura de Ramalho Eanes. Pouco tempo depois seria graduado em brigadeiro e substituiria Franco Charais no comando da Região Militar Centro.

— É referenciado o bando do «Corrêcio» em Braga que enfrenta a PSP e a P. Judiciária a tiro. São aprovadas as suas ligações a alto nível. O ELP/MDLP actua.

— São anunciadas as despedidas de Spínola no Brasil a afirmado que regressará a Portugal logo que Ramalho Eanes tome posse.

— A 14 de Julho Eanes toma posse como P.R.

— A 22 de Julho é noticiada a prisão de vários militares de St.ª Margarida, Torres Novas, Porto e Lisboa nas prisões de Elvas e Pinheiro da Cruz onde são espancados e mantidos em celas impróprias de seres humanos. A repressão sobre os soldados é mais violenta que nunca.

— Rocha Vieira toma posse como Chefe do Estado-Maior do Exército.

— Sousa Cruz afasta do cargo o vice-chefe do Estado-Maior da Armada, o almirante Leonel Cardoso, conhecido por ser um homem de esquerda. Este caso será muito especulado, Sousa Cruz afirma que não é um afastamento, há vários comunicados mas Leonel Cardoso é queimado pois tinha sido o último alto-comissário em Ango-

la. Era um crime que o imperialismo não podia perdoar.

— Aparecem documentos da extrema-direita militar com a sigla CDL em que se ataca o C.R. e a Constituição.

— Franck Carluci passeia de tanque em St.ª Margarida na companhia do general Galvão de Figueiredo. Mais tarde este seria ministro da República nos Açores onde os EUA têm a base da Lajes.

— Realiza-se uma missa por alma das vítimas da descolonização. Presentes grandes figuras do fascismo.

— Celebra-se o «Dia de Cavalaria» — Duarte Silva general e grande latifundiário pronuncia um discurso do mais elevado reaccionarismo.

— Souto Cruz visita os Estados Unidos e Carluci é entrevistado pela Radiodifusão.

— É comemorado o «Dia da Força Aérea» com um festival que custou milhares de contos.

— Azeredo e Altino Magalhães deixam o comando das Regiões dos Açores.

— Intensifica-se no final do mês o ataque ao C.R. e a promoção dos CDL.

— Costa Gomes é passado à reserva em 14 de Julho.

— O general da Força Aérea Rangel de Lima, afastado há um ano das suas funções e considerado um homem de esquerda é punido por ter dirigido uma exposição ao C.R.

— Apenas 19 pides estão na cadeia.

AGOSTO — Continua a romaria das visitas a Pires Veloso entre os muitos — Carluci.

— Souto Cruz visita novamente os EUA.

— O capitão António Ferreira homem do 25 de Abril e do 25 de Novembro pede a demissão de oficial do Exército por não querer colaborar numa situação tão direitista.

— A 17 de Agosto é preso o major Mota Freitas comandante da PSP do Porto e o seu cunhado Joaquim Torres por implicações na rede bombista.

SETEMBRO — Um acordão do Supremo Tribunal Militar iliba Otelo e outros oficiais do COPCON de algumas acusações feitas no relatório do 25 de Novembro.

23 Setembro — Souto Cruz parte para os EUA.

Anuncia-se a presença de Spínola no concurso hípico de Elvas.

A 9 de Setembro — Chegam a Portugal 5 militares vindos de Angola — Durand Clemente, Morais Jorge e outros.

O C. R. continua a apreciar o problema dos bombistas.

— Sai um artigo do major Loureiro dos Santos no jornal Baluarte com o título «Por umas Forças Armadas Democráticas» que provoca grande celeuma nos meios militares.

O bombismo continua — Um petardo em Paços Ferreira.

Inicia-se o caso das carrinhas Volkswagen encontradas na Via Norte. Outra bomba na FIL.

— Eanes visita Pires Veloso e põe-lhe a hipótese de se demitir.

— Os comandos atacam a boite «Tosco».

OUTUBRO — Outubro é dominado pelo problema das cartas que Pires Veloso escreveu ao Conselho da Revolução em que apoia o Presidente da República e ataca o C. R. por este não ser representativo.

A 22 de Outubro desenrola-se a operação «Malveira». 27 oficiais do quadro, oriundos de milicianos reúnem-se na Malveira e são presos numa operação realizada pela E. P. I. Este caso é empolado pela imprensa de direita especialmente o «Dia» dos quais um dos redatores António Ramos se encontrava presente.

A 23 de Outubro Otelo é punido com 20 dias de prisão disciplinar e preso em Caxias por ter falado numa reunião no Instituto Superior Técnico durante a festa dos GDUP.

— São anunciados 200 dias de prisão para soldados em serviço no Forte do Alto do Duque onde se encontram técnicos americanos e alemães a preparar a brigada da NATO.

A 30 de Outubro é feita uma grande manifestação em Caxias pela libertação de Otelo.

— Melo Antunes pronuncia na posse da Constitucional um discurso anti-fascista que dá origem a várias tomadas de posição mesmo no C. R. Morais da Silva condena-o, Vasco Lourenço e Sousa e Castro apoiam.

— É anunciado no «Expresso» que a brigada NATO poderá intervir na Grécia ou Turquia e que para o comando desta poderia ser indicado o general Duarte Silva e o coronel Soares Carneiro para comandar uma das unidades.

— É feita a promoção publicitária de Firmino Miguel.

— O general Rangel de Lima recorre da pena.

— Oficiais páraquedistas frequentam um curso em França.

— Souto Cruz partiu para a Alemanha em 11 Outubro 76.

— Pires Veloso faz o elogio de Mota Freitas.

— Dois oficiais da marinha ligados ao 25 de Abril são punidos disciplinarmente.

— Oficiais da extrema-direita saneados após o 25 de Abril pedem a reintegração.

NOVEMBRO — Almeida e Costa e Ribeiro Cardoso pronunciam-se contra o discurso de Melo Antunes.

— A 12 de Novembro é anunciado o orçamento para a defesa: 18 milhões de contos.

— A Comissão de Extinção da PIDE devolve armas aos legionários.

— Rebenta o escândalo do almoço de Canto e Castro com Holdem Roberto em Bruxelas.

— Salgueiro Maia sai da sua unidade e é colocado a aguardar colocação em Lisboa.

19 Novembro — Otelo é libertado de Caxias.

25 de Novembro — 80 dias de prisão para soldados na Pontinha e ascensão do pessoal do 11 de Março.

— Bomba em casa de Lopes Cardoso.

— Ex-páraquedistas reúnem no Porto para criação de uma associação.

— Julgamento de oficiais do RASP que são absolvidos.

— Pires Veloso põe Mota Freitas na tribuna nas comemorações do 25 de Novembro no Porto.

— Os Comandos vão em visita a Pires Veloso que estava periclitante na Região devido ao problema dos bombistas.

DEZEMBRO — 10 Dezembro encontro de Comandos — presentes as figuras do costume — Soares Carneiro — Durão, etc.

— Os PIDES são julgados e os seus crimes atenuados por serviços relevantes.

— Bombas na linha do Estoril e na conduta de água de Lisboa.

— Manobra da NATO antes das eleições — previstas como sempre há mais de 2 anos.

30 Dezembro — Neonazis preparam congresso em Cascais.

— Morais Silva é substituído por Lemos Ferreira — um homem dos americanos.

— Sai o relatório sobre juntas.

76 INTERNACIONAL

O evoluir da situação na África Austral, na Tailândia, em Timor Leste, no Médio Oriente e no Sará Ocidental; o fascismo na Argentina; a nova fase do peruanismo; os resultados eleitorais na Suécia, na Alemanha, em Itália e em França; a dependência do Mercado Comum Europeu em relação ao EUA; a cartada imperialista na OPEP; a morte de Mao-Tsé-Tung e suas consequências; a troca de Bukovsky por Corvalan, eis alguns dos principais «flashes» na história do ano de 1976.



É imprescindível ao imperialismo internacional que o bloco África do Sul-Rodésia não conheça o mesmo desfecho que Angola e Moçambique

ÁFRICA

Começando por África, após a vitória do MPLA sobre as tropas fantoches e mercenárias da UNITA e da FNLA, o imperialismo passa a ser atacado nos seus mais fortes bastiões: o bloco da África do Sul-Rodésia. A envergadura e a profundidade da investida das forças revolucionárias contra os indefensáveis regimes de maioria branca retira campo de manobra ao inimigo (a alteração da posição da Zâmbia face ao MPLA e à UNITA é disso o exemplo mais claro), remetendo-o a uma posição defensiva na tentativa de salvaguardar as suas posições em tão importante e estratégico objectivo económico, político e militar. Procurar ganhar tempo na esperança de poder lançar mão de organizações negras fantoches que poupem este bloco do desfecho que conheceram em Angola e Moçambique é a tática do imperialismo.

Inglaterra e EUA são aqui os pontos de lança que a todo o custo procuram sustentar a vaga revolucionária, que lhe assalta o seu quartel general da ponta sul do continente africano a partir do qual se têm planeado e orquestrado uma boa parte das iniciativas da contra-revolução no continente africano, e que tem funcionado como

grande sustentáculo de regimes como os do Zaire e de Israel, quer económica quer militarmente.

MÉDIO ORIENTE E SAARA

Não tão explosivamente revolucionário foi o ano de 76 no norte do continente africano onde o petróleo, os fosfatos, o mediterrâneo e o canal do Suez continuam a dominar a cena. As coisas aqui são mais flexíveis e lentas até porque o petróleo (ou mais exactamente os petrodólares) são sustentáculo de regimes reaccionários que fazem do chamado mundo árabe uma manta de retalhos com constantes mutações na mira dos canhões que por ali abundam. E isto explica os êxitos que a Frente Polisário tem conseguido na medida em que, ao contrário das organizações palestínianas e da esquerda libanesa, tem assegurada uma rectaguarda que a coerência da Argélia garante. O problema da Palestina é, antes do mais, o problema do Egipto, do Líbano e da Síria, países que, sob a capa de um socialismo verbal por vezes mal alinhado, funcionam como cúmplices do imperialismo, atraído na hora da verdade e aqueles que mantêm viva a chama da Revolução.

A história de 76 no que toca ao Médio Oriente é ainda a demonstração clara de que o reformismo conduzido na região pela União Soviética acaba por funcionar em favor do inimigo. Para grandes males, grandes remédios. Escamotear problemas de fundo é possibilitar que, na hora da escolha, o reaccionarismo se volte até contra a própria União Soviética. Foi assim no Egipto foi assim no Sudão, voltou-o a ser na Síria, quando esta invadiu o Líbano para atacar... a revolução e se pôs do lado de Israel e das forças ultrareaccionárias falangistas. Esta, pois, a grande diferença entre as situações das forças revolucionárias do Médio Oriente e do Sara Ocidental; para os palestinianos e esquerda dos países circundantes o inimigo está presente em todas as frentes, interna e externamente, dissimulado até no seu próprio seio.

ÁSIA

Na Ásia predenram especialmente a atenção do mundo no ano de 76 Timor Leste, a Tailândia, e a China. A manutenção da tensão na Coreia, a crescente crise económica e política no Japão e na Índia, a reunificação esperada do Vietname, a definição do regime revolucionário do Camboja, são outros apontamentos que não deixam de expressar um avanço regular das forças revolucionárias a par de acentuar das dificuldades nos países capitalistas.

A Tailândia e Timor Leste são mais dois exemplos, a acrescentar a tantos outros, da necessidade de recurso ao fascismo por parte do imperialismo quando e onde o capitalismo se encontra ameaçado. Como são também a demonstração de que o fascismo

agudiza as contradições abrindo um novo tipo de possibilidades de acção às forças revolucionárias.

O mais típico destes casos é o da Tailândia onde o rápido avanço das forças revolucionárias ameaça seriamente o regime fascista de Bangkok e, com ele, a presença do Imperialismo neste território vizinho do Camboja e do Laos.

No que toca a Timor Leste, a resistência da Fretilin e do povo Timor-Leste à invasão imperialista perpetrada pela Indonésia, e que não permitiu ao invasor a ocupação de facto da maioria do território, é tanto mais de realçar quando não é possível alistar com uma rectaguarda geograficamente acessível. De referir aqui a cumplicidade das forças reaccionárias portuguesas em relação ao invasor e a falta de um apoio militante das forças progressistas do mundo inteiro, o que teria sido suficiente para evitar uma guerra de extermínio e de longa duração consequência da invasão imperialista comandada, como não podia deixar de ser, pelos EUA.

COM MAO OU SEM MAO

Na China aconteceu aquilo que algum dia teria de acontecer: morreu Mao-Tsé-tung. Era previsível que a sua morte contribuisse para o estalar das contradições que se viviam no interior duma China na fase de transição que corresponde ao seu despertar económico. O que não se esperava é que fosse tão súbito e brutal o estalar dessas contradições. Não conhecemos os escritos, ou melhor os objectivos estratégicos e táticos por que se norteava o agora apelidado «bando dos quatro». Como não é claramente conhecido o barco em que viajará



A Frente Polisário tem alcançado fortes êxitos assegurados por uma rectaguarda coerente da Argélia

internacional



Aquilo que algum dia terá que acontecer... a morte de Mao Tsé-Tung veio contribuir para o estalar das contradições que viviam no interior da China

Hua-Kuo-feng. Para já uma coisa: acaba de se saber que tem havido choques «com derramamento de sangue na maioria das províncias do país». A notícia, que fria e vagamente nos chega, refere que as forças fiéis a Hua-Kuo-feng estariam a levar a melhor.

É evidentemente difícil avaliarmos em rigor o momento que a China indubitavelmente vive. Parece-nos entretanto, possível adiantar que, no fundamental, estamos a assistir a uma luta entre duas grandes linhas de opção, já que só assim se compreenderão a extensão e a duração desta batalha recém confirmada. Daí que seja forçoso acentuarmos o ridículo das teses que, tal como o próprio Hua-Kuo-feng, pretendem reduzir o conflito a uma luta entre personalidades para a conquista do poder. Enfim, talvez não se ande longe da verdade se se disser que o choque resulta de dois momentos da China: o da Revolução classicamente chamada de democrática e popular e o da Revolução Socialista. Sem pretendermos cair no erro da redução da luta de classes ao jogo de nomes de personagens mais destacados, tudo leva a crer que se vive hoje a luta outrora travada na URSS após a morte de Lenine. Para já, e sem estarmos certos (longe disso) de que «os quatro» seriam portadores duma alternativa socialista, parece que a China assentou arrais no Capitalismo de Estado.

AMÉRICA LATINA

Na América Latina acentuou-se, com o fim do Peronismo da Argentina, o recurso do Fascismo por banda do Imperialismo. O que aqui há de novo é: por um lado, a clarificação política atingida com o fim do peronismo, e especialmente patente na organização Montoneros; por outro lado, o facto de, arditamente, o imperialismo ter imposto um golpe fascista em nome do... anti-fascismo!!! A lição serve-nos também a nós. A direita corre atrás de Videla como o único capaz de evitar um Pinochet argentino. E neste habilidoso jogo em que o fascismo aparece para evitar o fascismo, o imperialismo consegue que o PC argentino apoie Videla... porque é melhor que Pinochet!!!

Enfim, perante o avanço das forças anti-imperialistas, os EUA parecem ter preferido garantir a todo o custo a sua segurança nas Américas, para se poderem voltar por um momento para a África e para a Europa já que, uma sem a outra, dificilmente poderão permanecer capitalistas.



Depois de Portugal, da Espanha, também a França e a Itália constituem problema para a direita

EUROPA

Na Europa, é óbvio, o problema fundamental é Portugal. E depois, a Espanha. E depois a França e a Itália. Breve, o que está em jogo é o próprio capitalismo na Europa. Em Portugal as coisas pareciam encaminhadas a partir do 25 de Novembro de 1975, mas, para mal da reacção, o que parecia fácil tem encontrado múltiplos obstáculos. As coisas complicam-se porque é cada vez menor a base social de apoio ao fascismo, mau grado a abundância de oficiais de direita.

Entretanto, e aprendendo com o que se passou em Portugal, o Imperialismo antecipa-se e toma a iniciativa de liberalização cautelosa e controlada. No mínimo, é imperioso para a burguesia não perder o controle da situação em Espanha, enquanto as coisas não estiverem decididas em Portugal, porque seria correr o risco de perder definitivamente o pé no extremo ocidental da Europa, que confina

directamente com a França e a Itália, exactamente os países que vêm na segunda linha deste ascenso revolucionário.

Importante é referir o papel da Social-democracia Europeia que, neste contexto, assume a tarefa de baluarte avançado do Imperialismo. A recente revelação de que, numa das reuniões da II Internacional, o seu actual presidente — Willy Brandt — teria manifestado o seu acordo perante Mário Soares, a uma intervenção militar dos EUA em Portugal, é bem esclarecedor do facto. Mas não é tudo: Willy Brandt e o próprio Mário Soares tudo têm feito para isolar o PS francês e o seu leader, François Mitterrand, só porque este está comprometido em aliança com o PC francês. A social-democracia europeia aparece, pois, a desempenhar o papel de embaixador activo do Imperialismo.

O IMPERIALISMO,
A SOCIAL-DEMOCRACIA
E PORTUGAL

Ainda em relação à Europa, têm as forças políticas burguesas tido a preocupação de explicar as derrotas

eleitorais das forças sociais-democratas em países como a Suécia, as dificuldades sentidas por essas mesmas forças na Alemanha e o avanço das forças de «esquerda» em Itália e em França. Mistificam então a questão, apresentando-a como de origem geográfica: avanço da reacção na Europa do Norte, recuo dessas forças na Europa do Sul. Nada mais falso. O que efectivamente se passa é que, sendo generalizada a crise do capitalismo, pagam o descontentamento aqueles que gerem essa crise. Assim, se na Europa do Norte é a Social-Democracia quem perde apoios, é porque é ela quem geria essa crise. Se em França e em Itália a «esquerda» alcança ganhos importantes, é porque ela é oposição. O exemplo que melhor ilustra isto mesmo é o de Inglaterra onde trabalhistas e conservadores têm pago com derrotas essa gerência ou alternadamente, ganho pelo facto de serem oposição.

O importante a reter daqui, é que o Imperialismo de há muito percebeu este fenómeno e que o aplica em Portugal. Eis porque é o PS e a Social-democracia quem se encarrega da gerência da crise, fazendo o frete às forças fascistas que se reservam para o desfecho dum golpe fascista a coberto da Social-democracia, orquestrado pelo «Yankee» Willy Brandt.



O «yankee» Willy Brandt orquestrador da social-democracia europeia

76 INTERNACIONAL

Revolução

Composição e impressão: Renascença Gráfica. Distribuidora: Editorial 18 de Janeiro, Lisboa

EDITORIAL

A aprovação do Projecto e do Plano do Governo PS na Assembleia foi mais um balão de oxigénio para aguentar um Governo a quem todos contam os dias. Na verdade uma derrota teria acarretado uma crise governamental e a quem aproveitaria ela é uma incógnita a que as várias forças preferem não conhecer a resposta.

O CDS diz claramente que ainda não está apto a pegar no poder e por isso adia a oportunidade. O PC prefere não deixar cair o Governo PS, num momento em que isso significava grave crise.

O PPD esse joga a fundo como alternativa. A alternativa constituída por este partido, é, como diz um dos seus cronistas, a alternativa presidencialista. Isto é, o PPD, substituindo o PS no Governo ou inspirando uma coligação de «competências», constituiria a base social de apoio para um regime presidencialista, que a constituição permite e que o discurso de Eanes no Ano Novo deixa adivinhar.

Com um Governo deste tipo, que seria o suporte da figura do Presidente, este podia tomar decisões de maior «autoridade democrática» e podia mesmo recorrer a «medidas de emergência», tal e como anuncia no seu discurso.

O Governo PS, apoiado pelos EUA, será portanto ainda uma cartada do Imperialismo, empurrando-o este para posições de direita e obrigando-o a depurações. Mas o Imperialismo está a gastar o Governo PS, enquanto ganha forças e estrutura em Portugal. Tem depois a alternativa PPD, presidencialista por excelência, revestindo-se dum carácter tecnocrático, de «competências». Resta saber se a mudança para este tipo de governo se faria de forma violenta ou palacianamente, dentro das instituições.

Entretanto forças identificáveis com o CDS preparam-se para um assalto ao poder que, esse sim, pela amplitude de medidas que tem que tomar, revestirá sempre um carácter violento.

Mas o aumento do custo de vida, as condições em que vivem as camadas trabalhadoras, vão conduzir a um prolongamento das lutas de 76, incidindo sobretudo nos sectores afectados por mais baixos salários, onde a situação se torna desesperada. Para além disso, o aumento do custo de vida afecta de tal modo mesmo a pequena burguesia, que uma parte desta junta-se à esquerda, rejeitando o Governo PS.

E a necessidade de enfrentar o avanço do fascismo tornará cada vez mais uma realidade a fuga de personalidades civis e militares para posições de esquerda, abrindo portanto o leque duma frente que não tem expressão orgânica, mas que tem expressão social e política. A sociedade portuguesa tende para uma polarização em dois campos, o fascista e o anti-fascista, sendo este último imediatamente identificável com o anti-capitalista, pois que aqui se compreendeu que capitalismo e fascismo andam de braço dado. Lá diz a voz popular, quando comenta alguém que tem dinheiro — E facho! — Mesmo que desconheça se tem ou não métodos repressivos.

NOTÍCIAS

Em Albergaria a Velha a base operária do PPD (é assim ... naquela zona o PPD tem operários por falta de esclarecimento político) está abandonando esse partido. Deve ser por isso que neste momento o PPD transforma a sede de Albergaria em café...

Na Covilhã há várias firmas que não pagaram o 13.º mês: João Bernardo Giria, Fiação Rosetas Pimentais Lda, e António Maria das Neves e Irmãos. Mas a firma J. Esteves Fiandeiro não pagou nem o 13.º mês, nem o mês de Novembro. Por isso os operários iniciaram uma greve a 17 de Dezembro. Tal como se verifica, a crise nos têxteis continua.

Em certas zonas do país o CDS actua à vontade e identifica-se com as forças mais provocadoramente reaccionárias. Recorre a tudo e pode ser a mão cuidadosa que executa «recados» estranhos. É assim que em Boidobra (Beira Alta) os anti-fascistas da localidade já observaram suficientemente um tal Marcelino do CDS para saberem que é capaz de pisar o risco. No dia 22 de Dezembro, por exemplo, tentou atropelar um elemento antifascista, que conseguiu escapar. E o Marcelino lá vai escapando.

TEXTEIS

Encontro Nacional do Sector

Realizou-se no final do mês de Dezembro no Norte um plenário nacional de militantes do PRP integrados no sector têxtil. Dada não só a importância nacional deste sector, onde nos últimos meses se têm desencadeado algumas das mais importantes lutas de trabalhadores, mas também o facto de terem sido apresentadas propostas concretas de luta e de organização, publicamos a síntese dos pontos discutidos e das conclusões alcançadas. Estiveram presentes nesta reunião camaradas de diversas zonas do País e de várias empresas, entre as quais salientamos a TEBE, THOR, SONIX, TIBA, Sã Pessoa Horta e Cia, DEL, Ernesto Crq, Jamec e Maitex.



Foi feito inicialmente um balanço informativo da situação actual, do qual destacamos:

— Os ataques organizados pelo patronato na zona de Miradaira, muitas vezes com a colaboração da GNR, principalmente contra as fábricas em autogestão.

— A proibição por alguns patrões de entrada nas empresas a dirigentes sindicais.

— Na zona da Covilhã mais de 50 por cento das empresas recorrem ao apoio financeiro da Banca.

— O número elevado de fábricas em autogestão.

— Grande número de fábricas produz essencialmente para exportação.

— A organização sindical é forte nalgumas regiões, embora a organização a nível de Comissões de Trabalhadores seja, de um modo geral, fraca no sector.

Foi ainda feito um balanço das paralisações no sector que tiveram a adesão de 75 por cento dos trabalhadores no Porto; 85 por cento em Barcelos

e 50 por cento na Covilhã.

A CRISE DO SECTOR

A crise do sector foi analisada segundo as seguintes linhas gerais:

1 — A crise actual não é consequência do 25 de Abril, embora se tenha agravado depois dessa data, por um lado, devido ao grande movimento de luta desencadeado pelos trabalhadores, por outro, devido à sabotagem dos patrões e do capitalismo internacional.

2 — A crise do sector está intimamente ligada à crise política e económica de todo o capitalismo nacional e internacional.

3 — A reorganização do sector não será possível sem uma mudança radical da sociedade portuguesa.

4 — A luta que os trabalhadores têxteis travam neste momento para assegurar os seus postos de trabalho. Num terceiro ponto foi elaborada uma proposta de intervenção, que assenta

fundamentalmente na necessidade de formação, a partir de questões concretas, de comités de luta, que as perspectivem politicamente, que organizem a solidariedade operária nomeadamente por parte das Comissões de Trabalhadores, Comissões de Moradores, Cooperativas e fábricas em autogestão.

Foi ainda reconhecida a necessidade de avançar na formação de CT's onde elas não existam, assim como de imprimir uma linha correcta àquelas que a não tenham. A organização do controlo operário, como medida necessária para a manutenção dos postos de trabalho, e a elaboração dum plano de intervenção para as fábricas em autogestão, são, também, medidas prioritárias a tomar.

Finalmente foram ainda tomadas medidas de estruturação interna que permitam uma melhor intervenção a nível nacional dos camaradas do sector.

